

Marisa Isabel Paulino Pacheco

**Monoparentalidade: estudo sobre o impacto no sucesso
escolar**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
Escola Superior de Educação e Comunicação

2020/2021

Marisa Isabel Paulino Pacheco (nº 66992)

Monoparentalidade: estudo sobre o impacto no sucesso escolar

Mestrado em Educação Social

Trabalho efetuado sobre a orientação de: Prof Doutor Paulo Falcão Alves



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
Escola Superior de Educação e Comunicação

2020/2021

Monoparentalidade: estudo sobre o impacto no sucesso escolar

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Copyright @ 2021, por Marisa Isabel Paulino Pacheco

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

A persistência é o menor caminho do êxito

Charles Chaplin

Agradecimentos

Venho por este meio agradecer a todas as pessoas importantes na minha vida que tornaram este sonho possível.

Em primeiro lugar aos meus pais e irmão pelo apoio e esforço que tiveram para conseguirem realizar mais um dos meus objetivos.

À minha turma, pela amizade e ajuda que me deram ao longo destes dois anos.

Um agradecimento especial ao meu orientador Prof Doutor Paulo Falcão Alves pela disponibilidade, empenho e dedicação com que me ajudou na realização da dissertação.

A todos os encarregados de educação, crianças e jovens que se disponibilizaram para a realização do meu estudo.

À minha amiga Cláudia Estorrado, pelo incentivo, pela amizade e pelo apoio durante todo este processo.

Agradeço ainda ao meu namorado, pela paciência e por não me deixar desistir e por fim às minha colegas e amigas, pela oportunidade de conseguir conciliar o trabalho com os estudos, por me terem incentivado a voltar a estudar e pelo apoio que me deram nas minhas conquistas.

A todos um muito obrigado de coração.

RESUMO

Uma das realidades sociais que temos vindo a observar é o aparecimento de novas estruturas familiares, reorganização familiar e o aumento de famílias monoparentais. Em relação a estas transformações, as crianças são a faixa etária na qual a atenção deve ser primordial, para que o contexto familiar seja o mais feliz e seguro possível. Com o passar dos anos, também a educação sofreu alterações e as taxas de sucesso escolar, nomeadamente a conclusão do ensino secundário, têm vindo a crescer significativamente.

As famílias monoparentais tendem a ser mais vulneráveis em relação às famílias tradicionais, levando, por vezes, que a atenção disponibilizada aos filhos possa ser menor. Desta forma, pretendemos verificar se a estrutura familiar influencia, de forma positiva ou negativa, o sucesso escolar das crianças. Como metodologia de investigação optamos por um estudo quantitativo através da aplicação de um inquérito por questionário a 114 crianças, do 5º ao 9º ano de escolaridade, com idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos de idade.

Embora algumas investigações pareçam indicar que as famílias monoparentais são mais vulneráveis do que as tradicionais, os resultados obtidos neste ensaio parecem revelar que o fator sucesso escolar não é influenciado pelo contexto familiar em que a criança está inserida.

PALAVRAS-CHAVE: Criança, família, monoparentalidade, sucesso escolar

ABSTRACT

One of the social realities we have been observing is the emergence of new family structures, family reorganization and the rise of single parent families. In relation to these transformations, children are the age group in which attention should be paramount, so that the family context is as happy and safe as possible. Over the years, education has also undergone changes and school success rates, namely the completion of secondary education, have been growing significantly.

Single-parent families tend to be more vulnerable than traditional families, sometimes leading to less attention given to children. In this way, we intend to verify if the family structure influences, positively or negatively, the children's academic success. As research methodology, we chose a quantitative study through the application of a questionnaire to 114 children, attending the 5th to 9th grade, aged between 10 and 19 years old.

Although some investigations reveal that single parent family are more vulnerable than traditional ones, the results obtained in this essay seem to indicate that the school success factor is not influenced by the family context in which the child is inserted.

KEYWORDS: Child, family, single parenthood, school success

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	---

CAPÍTULO I – FAMÍLIA

1.1. Concepção e evolução contemporânea.....	4
1.2. Evolução das funções da família	6
1.3. Papéis sociais e relações familiares	8
1.4. Estruturas familiares	11
1.4.1. Divórcio – impacto na reestruturação familiar.....	12
1.5. As novas famílias	14
1.6. Família Monoparental VS Família Tradicional.....	16
1.7. Parentalidade – conceitos e dimensões.....	18
1.7.1. Ser criança – Uma abordagem conceitual	19
1.7.2. Ser mãe e pai - Processo de construção	22
1.8. Tendências e desafios para a família do século XXI.....	23

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO

2.1. Fatores críticos para (in)sucesso escolar	26
2.1.1. Concetualização.....	27
2.1.2. Fatores explicativos	30
2.2. Desafios de pais e educadores no século XXI.....	32
2.2.1. Os jovens adolescentes	34
2.2.2. Clima familiar e apoio parental	35
2.2.3. Relação escola – família	37
2.3. Educador social como mediador familiar.....	39
2.3.1. Pedagogia/Educação social.....	41
2.4. Educação e Novas Tecnologias	43
2.4.1. Desafios e Perspetivas para o ensino-aprendizagem	44
2.4.2. Ensino à Distância	46

CAPÍTULO III – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

3.1. Metodologia.....	48
3.2. Caracterização da amostra.....	51
3.3. Formulação de hipóteses	52
3.4. Obstáculos e dificuldades	53

CAPÍTULO IV– ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1. Análise estatística descritiva.....	55
4.2. Verificação das hipóteses	61

CONCLUSÕES.....	63
------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA	65
---------------------------	-----------

APÊNDICES	74
------------------------	-----------

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 4.1. Sentes-te apoiado pela tua família.....	57
Tabela 4.2. Os teus pais passam tempo contigo.....	57
Tabela 4.3. Os teus pais levam-te a passear nos teus tempos livres.....	58
Tabela 4.4. Sentes que os teus pais têm necessidades económicas.....	58
Tabela 4.5. Os teus pais falam contigo se existir algum problema familiar.....	58
Tabela 4.6. Os teus pais aceitam e apoiam as tuas decisões pessoais.....	59
Tabela 4.7. Quando tens algum problema sentes-te confortável para falares com os teus pais.....	59
Tabela 4.8. Se existir algum problema, tu e a tua família tentam resolvê-lo em conjunto.....	50
Tabela 4.9. Os teus pais preocupam-se com as tuas notas escolares.....	60
Tabela 4.10. Os teus pais ajudam-te a fazer os trabalhos de casa.....	60
Tabela 4.11. Os teus pais incentivam-te a estudar.....	60
Tabela 4.12. Concordas que tens um bom desempenho escolar.....	61
Tabela 4.13. Concordas que tens uma boa capacidade de aprendizagem.....	61
Tabela 4.14. Achas que te esforças para alcançar os teus objetivos.....	61
Tabela 4.15. Sentes que tens dificuldades na tua vida escolar.....	62
Tabela 4.16. Consideras que o sucesso escolar pode estar ligado a fatores de sorte e azar.....	62

INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, a nossa sociedade tem vindo a sofrer alterações em todos os aspetos, nomeadamente nas questões familiares. A família é um conceito que está ligado a todos nós e à sociedade em geral, tornando-se por vezes difícil aceitar quaisquer alterações provenientes da sua natural transformação. Sabe-se que o conceito de família, como era conhecido nos tempos antigos, mudou, dando origem a novas tipologias familiares. Para o nosso estudo iremos centrar-nos apenas nas famílias tradicionais e monoparentais. Em 2011 Portugal contava com 4.043.726 famílias tradicionais e em 2019 com 459.344 famílias monoparentais, sendo possível observar um aumento bastante acentuado de famílias monoparentais (Pordata, 2021).

O divórcio é um dos principais motivos para a origem de novas famílias e novas estruturas familiares. Em Portugal o número de divórcios tem aumentado drasticamente, sendo que a partir de 2007 até 2019, por cada 100 casamentos, mais de metade dos casais se divorcia, registando em 2011 a maior percentagem de divórcios com cerca de 74% (Pordata, 2021).

Apesar de existirem divergências entre os casais, é importante referir que durante todo este processo, as crianças são aquelas que mais sentem esta mudança no núcleo familiar, sendo por esse motivo pertinente refletir sobretudo no bem-estar dos filhos, saber ouvi-los e comunicar com eles sempre que a situação exigir.

Tal como a família, também a educação sofreu alterações com o passar dos anos. No tempo dos nossos pais e avós, poucos eram aqueles que seguiam a escolaridade até ao fim, acabando por abandonar a escola substituindo-a pelo trabalho, por vezes duro.

O direito à educação faz parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cabendo aos pais proporcionar aos seus filhos as melhores condições possíveis para uma boa aprendizagem, e ajudá-los sempre que necessário a ultrapassarem as dificuldades e obstáculos que aparecem ao longo do percurso escolar. Importa referir que o sucesso escolar não depende somente da criança, mas sim de várias dimensões como a nível pedagógico, institucional e familiar (Azevedo, 2012).

No que diz respeito às questões familiares, o educador social torna-se um elemento fundamental na mediação familiar, pois tal como referem Carvalho e Baptista (2004, p.11) as práticas educacionais devem ser “especializadas e diretamente vocacionadas para o acompanhamento humanizado das situações de ruptura ou pré-ruptura”. Face às mudanças ocorridas nos papéis familiares e à constante reorganização

familiar, a valorização de “laços emocionais, socialização, educação, proteção” (Carvalho & Baptista, 2004, p.19) são essenciais para um harmonioso núcleo familiar.

Tendo em consideração todas estas transformações em relação à família e à educação, surgiu uma questão de partida que deu origem à problemática da investigação – A monoparentalidade tem influência no sucesso escolar das crianças?

Partindo desta questão, iniciamos a nossa investigação tendo em conta dois objetivos principais. O primeiro assenta em conhecer a relação das crianças face à sua tipologia familiar, ou seja, perceber se passam tempo em família, se existe comunicação, entreajuda e confiança entre pais e filhos. O segundo objetivo tem a ver com a análise das crianças em relação ao seu desempenho escolar, se têm uma boa capacidade de aprendizagem, um bom empenho escolar e se têm a ajuda necessária por parte da sua família. Neste sentido, e partindo de uma análise comparativa entre famílias tradicionais e monoparentais, iremos tentar perceber se as estruturas familiares têm na verdade um impacto, positivo ou negativo, no seu sucesso escolar.

A motivação que me leva a estudar este fenómeno prende-se à vivência diária com crianças em contexto educativo e ao crescente aumento de famílias monoparentais, o que torna este tema bastante pertinente e adequado à sociedade contemporânea do século XXI.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo diz respeito à família e aborda a sua conceção e evolução contemporânea da sua estrutura, bem como os papéis desempenhados por cada membro e as suas relações nas diferentes tipologias, dando especial atenção à família tradicional e monoparental. Abordamos também o conceito de parentalidade, que engloba o ser criança e o processo de construção de ser pai e mãe. Por fim, saliento algumas tendências e desafios para a família do século XXI.

No segundo capítulo debruçamo-nos sobre a educação, abordando os fatores críticos para o (in)sucesso escolar assim como a sua concetualização e explicação. Exploramos também os desafios dos pais e educadores para o século XXI, os jovens adolescentes, clima familiar, apoio parental e a relação entre a família e escola. Também é referido o papel do educador como mediador social e uma breve explicação da pedagogia utilizada na educação social. Por último, abordamos a relação entre a educação e as novas tecnologias, assim como as novas perspetivas para o ensino-aprendizagem e o ensino à distância.

O terceiro capítulo diz respeito à investigação empírica, onde descrevemos a metodologia utilizada, a caracterização da amostra, a formulação de hipóteses e os obstáculos e dificuldades sentidos durante a investigação.

No quarto e último capítulo analisamos os dados recolhidos através do nosso inquérito por questionário e procedemos à sua discussão através da análise estatística descritiva das variáveis em estudo para posteriormente passarmos à validação ou refutação das hipóteses em estudo.

Embora o nosso estudo parta de uma análise indutiva, do particular para o geral, julgamos necessário a realização de novos estudos acerca desta temática de forma a consolidar, ou não, os resultados obtidos, contribuindo assim para a exploração de novos caminhos em futuras investigações.

CAPÍTULO I – FAMÍLIA

1.1. Conceção e evolução contemporânea

A conceção e evolução do conceito de família tem vindo a mudar no decorrer dos anos. Embora tenha vindo a sofrer alterações desde o tempo dos nossos bisavós, avós e pais, este não deixa de ser um conceito que está na base das sociedades contemporâneas, enraizado desde os tempos antigos. Será, portanto, pertinente iniciar a nossa revisão bibliográfica através da discussão concetual desta temática que nos é tão próxima.

A família é um conceito utilizado desde a antiguidade até aos dias de hoje estando a sua origem ligada a cada civilização existente, fruto de um processo natural em que o ser humano desenvolve relações e ligações entre os seus pares (Silva & Guedes, 2015). Olhando para o passado, o estereótipo que nos foi inculcado, e que tem vindo a prevalecer ao longo de gerações, parte da família ser constituída por pai, mãe, filhos e por outros entes queridos que façam parte do mesmo núcleo familiar. Tal como Silva e Guedes (2015) em comparação à família romana, a família era “formada por um conjunto de pessoas e coisas que estavam submetidas a um chefe: o *pater* famílias. Esta sociedade primitiva era conhecida como família patriarcal que reunia todos os seus membros em função do culto religioso, para fins políticos e económicos” (Silva & Guedes, 2015, p.3). Seguindo a mesma linha de pensamento, Prado (2017) explica o conceito de família.

Origina-se do latim *famulus*, que significa: conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Entre os chamados linha dependentes, incluísse a esposa e os filhos. Assim, a família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus fâmulos: esposa, filhos, servos livres e escravos (Prado, 2017, p.37).

Lauwe e Lauwe (1950, p.476), também esclarecem de uma forma mais breve o conceito de família como “um grupo conjugal, compreendendo, na civilização ocidental, o homem, a mulher e os filhos, mais ou menos ligados ao conjunto de pessoas que vivem num mesmo alojamento (...)”.

Prado (2017), salienta ainda que família significa parentes que vivem no mesmo seio familiar, ou seja, na mesma casa, sendo o mais comum, pai, mãe e filhos, mas ainda pessoas descendentes de sanguinidade como por exemplo avós, bisavós ou até mesmo pessoas admitidas por adoção. Assim:

Como dizem os termos, família de origem é aquela de nossos pais; família de reprodução, aquela formada por dois indivíduos e os filhos decorrentes dessa relação. Apesar dos conflitos, a família é única em seu papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e da adolescência. Talvez porque os laços de sangue ou de adoção criem um sentimento de dever, ninguém pode se sentir feliz se lhe faltar completamente a referência familiar (Prado, 2017, p.10).

Já para Alarcão (2002), a família é vista como um local onde nascemos, crescemos e morremos, e dentro desse longo percurso de vida podemos ter mais do que uma família. Contudo é nela que temos as primeiras aprendizagens e interações que nos vão permitir futuramente criar um conjunto de características que nos distinguem uns dos outros, “mas a família é, também, um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social” (Alarcão, 2002, p.37).

Como foi referido anteriormente, este conceito foi conquistando outras proporções e outros entendimentos que nos levam ao que conhecemos hoje sobre o conceito de família. Para Lauwe e Lauwe, (1950, p.475), o conceito de família, visto como uma “garantia de estabilidade social”, está ultrapassada.

Depois da análise de diversas ideologias, compreendeu-se que não existe um único conceito uniforme que defina família, isto porque todas as famílias são diferentes assim como as pessoas que a constituem. Segundo Prado (2017), as tipologias familiares variam muito e sofreram muitas alterações no decorrer dos anos, no entanto a tipologia familiar mais conhecida e também a mais valorizada é a família “nuclear” também conhecida como família tradicional, na qual é constituída por pai, mãe e filhos.

Apesar da família tradicional ser a tipologia familiar mais conhecida desde os tempos antigos, a industrialização e o desenvolvimento urbano do século XIX e XX, veio alterar várias conceitos e ideologias, tanto económicas, como de grupos locais como também dos sistemas de parentesco. E com isto, a família tradicional, ou família conjugal como designam os autores, muda a sua postura na sociedade, adotando várias ideologias e valores (Lauwe & Lauwe, 1950).

(...) é possível verificar que as transformações ocorridas com o início da industrialização, o advento da urbanização, a abolição da escravatura e a

organização da população provocam alterações nas feições familiares e sociais. A expansão da economia acelerou o processo de retirada da produção de casa para o mercado, e a pressão pelo consumo de bens e serviços, características inerentes ao capitalismo, anteriormente produzidos no espaço doméstico, passa a apertar os orçamentos familiares, e o trabalho assalariado passa a ser um instrumento também utilizado pelas mulheres (Oliveira, 2009, p.65).

Contudo, apesar destas transformações, o Estado ainda sofria uma grande influência da igreja católica, sendo que as famílias que não eram unidas pelo casamento católico sofriam alguma discriminação e eram “mal vistas” pela sociedade. Mas, aos poucos, o Estado foi-se afastando destas ideologias católicas e passou a ver a família como uma peça fundamental na sociedade. Assim, a mudança levou a que a estrutura afetiva ganhasse o lugar do carácter produtivo e económico (Silva & Guedes, 2015).

Por tais razões apresentadas, torna-se importante referir que com a mudança do conceito familiar, também as funções exercidas pela família sofreram alterações.

1.2. Evolução das funções da família

Tal como referimos anteriormente, a evolução da família trouxe com ela transformações inerentes às suas funções. De forma a explicar de uma maneira mais objetiva e sucinta, volto a citar Lauwe e Lauwe (1950), que fazem uma abordagem bastante concisa deste tema. Conforme os autores, com base em observações do Grupo de Etnologia Social de Paris, estes agruparam as funções familiares em quatro grupos, sendo eles “as funções físicas e biológicas, as funções económicas, as funções sociais e culturais, as funções afetivas e espirituais” (Lauwe & Lauwe, 1950, p.478).

Em relação às funções físicas e biológicas, sabe-se que a função de reprodução e de sobrevivência não se alterou com a evolução familiar, contudo as melhorias de condições de vida fizeram com que a visão acerca destas funções se alterasse um pouco. O casal já não é visto apenas como tendo uma única função (reprodução) mas sim como a união entre duas pessoas onde o amor se tornou a peça chave (Lauwe & Lauwe, 1950).

As funções económicas foram aquelas que mais se alteraram. Relativamente à produção, os autores esclarecem que no meio urbano as famílias quase que não produzem para o exterior, enquanto as famílias inseridas em meio rural produzem para os seus próprios familiares. Neste caso, quanto menos regalias económicas as famílias tiverem,

mais os pais têm que despende tempo para cuidar dos seus filhos. A família continua a ser um dos maiores consumistas, ou seja, tanto a nível de consumo como de habitação a família depende de um rendimento para as suas despesas. Neste caso, com a evolução decorrente, começou a existir um maior consumo por parte das famílias, pois estas incluem despesas que anteriormente não eram consideradas importantes, como por exemplo o vestuário e o lazer (Lauwe & Lauwe, 1950).

Relativamente às funções sociais e culturais, a família de antigamente, tinha um papel bastante crucial na educação das crianças. Infelizmente hoje em dia essa função é atribuída à escola e aos seus compostos. Claro que a família continua a ter um papel imprescindível na educação das crianças, até porque a educação familiar é aquela que se tem desde o berço até à vida adulta. Na atual sociedade, sabe-se que quando uma criança nasce, ela ocupa automaticamente um lugar no meio familiar e é nela que encontra os primeiros conhecimentos e aprendizagens, dos quais levará consigo durante toda a sua vida. Sendo as crianças e jovens grupos vulneráveis face às adversidades da sociedade é na família que buscam o seu porto de abrigo. A identidade social, apesar de ser uma função familiar diferente de sociedade para sociedade, continua a ser indispensável na vida do ser humano. É na família que encontramos um nome, uma identidade, a paternidade. As funções políticas e jurídicas também se alteraram, pois antigamente o Estado apoiava o chefe de família, o que proporcionava um regime mais autoritário e agressivo - com o surgimento da democracia as famílias adotaram outros valores. As funções de transmissão, estão aqui referidas como questões culturais e sociais devido ao facto destas se terem modificado, sobretudo em relação às heranças, “o direito ao morgadio desapareceu e os bens matérias transmitidos são reduzidos pelos impostos do Estado” (Lauwe & Lauwe, 1950, p.482). Em relação à transmissão do nome de família, este continua a ser predominantemente o da família do pai, contudo o nome da mãe ganha a mesma importância e pode ser usado como igual. A cultura continua a ser transmitida de geração em geração, no entanto esta sofre alterações devido ao papel das escolas, às novas tecnologias, aos meios audiovisuais, entre outros (Lauwe & Lauwe, 1950).

Por fim, conforme os autores, as funções afetivas e espirituais são essenciais para um clima harmonioso e saudável para a criança. É na família que a criança tem que se sentir segura e confortável e nos dias de hoje, com a evolução familiar, podemos observar que a importância do afeto e do amor ganhou outras proporções que antigamente não eram comuns. A nível espiritual, a família sempre desempenhou um papel importante em inculcar crenças aos seus membros. Pode-se dar como exemplo, os nossos pais e avós, em

que o batizado sempre foi um ponto determinante no nascimento de um filho. Hoje em dia, essa ideia já não é tão linear, apesar de ainda ser bastante usada. Os pais tentam que os filhos descubram por si se querem ou não seguir a religião, ou seja, é uma escolha e não uma obrigação (Lauwe & Lauwe, 1950).

Como reforço à teoria apresentada, Dias (2000), explica que com a evolução das estruturas familiares, a função económica fica mais limitada ao consumo do que a produção, ou seja, a família dos dias atuais, consome mais do que aquilo que produz. Em relação à função biológica, o autor salienta que o número de filhos por casal diminuiu. A função protetora que outrora pertencia à família, pertence hoje sobretudo às organizações, como as escolas e instituições, devido ao facto das famílias terem menos tempo para se dedicar aos seus filhos. A função cultural é determinada sobretudo por aquilo que é exposto através dos meios sociais. Por fim, a função religiosa, que anteriormente era vista como facto de garantia e estabilidade social, hoje a religião é quase secundária, ou seja, não é uma função essencial e determinante para o seio familiar.

Posto isto, ainda segundo Dias (2000, p.93), algumas das teorias, evidenciam que a estrutura familiar “(...) perdeu, em parte, o seu carácter institucional e estrutural prevalente, empobrecendo parte dos seus papéis e, por isso, tornando-se mais frágil e debilitada, quanto ao exercício operacional das funções que lhe são atribuídas”.

1.3. Papéis sociais e relações familiares

Tal como as funções familiares, também os papéis sociais e as relações estabelecidas dentro do contexto familiar sofreram alterações com a evolução que se fez surgir e por esse motivo merecem aqui ser referidas. Para que se torne mais fácil a compreensão, esclareço, numa primeira abordagem, os papéis sociais exercidos em contexto familiar e as alterações que existiram no decorrer dos anos.

Santos (1969), refere que as funções sociais da família, os papéis definidos e as relações estabelecidas, assumem uma importância bastante grande na sociedade, dependendo do comportamento que os indivíduos assumem enquanto família. Os papéis sociais, nos quais a autora refere como “*roles*”, implicam “(...) a noção de um modelo que se nos impõe, do exterior, pela mediação dos grupos de pertença e de referência de cada um, portanto como um elo entre a sociedade e os indivíduos, empregando um conjunto de valores que ligam a “*pessoa social*” a um “*círculo social*” (Santos, 1969, p.72).

Na abordagem de Lauwe e Lauwe (1950), cada elemento familiar desempenha um papel social que consiste em determinadas funções. Assim, e seguindo a mesma linha de pensamento de Santos (1969), os papéis sociais, sejam eles a imagem de pai, de mãe ou de filhos são determinados pelos comportamentos. Estes papéis, tais como as funções familiares variam muito conforme a cultura em que os indivíduos estão inseridos. Os papéis sociais e as modificações que existiram, estão inevitavelmente ligados à transformação existente nas funções desempenhadas pela família.

Ainda segundo Lauwe e Lauwe (1950), todas as atividades desempenhadas pela família fizeram com que os papéis familiares ganhassem novos modelos consoante as diferentes culturas, países e níveis de vida - o papel da mulher foi aquele que ganhou maior destaque com estas mudanças. A mulher começou a desempenhar um papel mais ativo na sociedade e passou a ser vista como outro meio de sustento familiar. Ganhou destaque na vida social, não só pelo meio económico, mas também por interesse próprio e começou a desempenhar papéis primários nas lutas revolucionárias. As mulheres também se tornaram mais ativas e mais empreendedoras, adquirindo novas competências que lhes foram permitindo, ano após ano, ocupar um lugar de destaque cada vez maior na sociedade, substituindo a imagem da tradicional “dona de casa” pela imagem da mulher ativa e profissional. Perante este cenário, os projetos de família foram sendo adiados levando assim à diminuição da taxa de natalidade, em grande parte devido ao adiamento do casamento, e ao facto de estarem a nascer cada vez mais os filhos fora do casamento (Pordata, 2012).

Assim, o papel da mulher deixou de ser somente “doméstico” e passou a ser inserido também noutros contextos, tais como familiar, profissional, político, aproximando-se cada vez mais do papel do homem. Em relação ao homem, ao contrário da mulher que passou a adotar um papel social mais abrangente, este deixou de ser o único a sustentar a família, passando a adotar outros papéis que antes eram atribuídos somente às mulheres. Apesar de ainda ser considerado um contributo essencial para a estrutura económica familiar, o homem passou a participar mais na vida doméstica e o seu papel como pai é preenchido de uma maneira mais presente, nomeadamente para os filhos mais novos, onde a presença paternal foi ganhando cada vez mais importância.

Os papéis sociais das crianças também ganharam outra relevância, enquanto antigamente eram vistas como “crianças adultas”, atualmente são vistas como indivíduos com características específicas para as suas idades e sexos. Tal como as crianças, Lauwe e Lauwe (1950), fazem referência aos adolescentes, pois apesar de na época não serem

um grupo muito estudado, estes também adotaram papéis na sociedade equivalentes à sua idade.

Em relação aos mais velhos, os avós que antigamente viviam na casa dos seus filhos e netos, deixaram de ter um lugar na “casa familiar”, o que para Lauwe e Lauwe (1950) levou a uma mudança, que talvez não tenha sido a mais positiva, devido ao facto do contacto entre os jovens e os seus avós ter deixado de ser tão frequente.

A família conjugal, tal como a vemos evoluir, encontra-se, pois, marcada por uma maior individualização das diferentes personagens, por um lugar mais importante dado à criança e ao adolescente, por uma maior complexidade das relações internas, por uma forma mais democrática de educação (Lauwe & Lauwe, 1950, p.488).

Para além do exposto, Santos (1969) especifica um pouco mais a questão dos papéis sociais e expõe somente dois que considera mais importantes, sendo eles o papel social relativo à idade e ao sexo. Relativamente aos papéis sociais de idade, a criança em tenra idade é caracterizada pela sua fragilidade e dependência, sendo que as atitudes e comportamentos menos positivos são reprovados, fazendo com que aprenda que o seu “*role*” (papel social), seja caracterizado como a submissão ao adulto. O papel social relativo ao sexo, é definido primeiramente pelo que é inculcado e treinado na família, onde pretende preparar a criança para “(...) o modelo da relação masculinidade-feminilidade dominante no seu meio cultural” (Santos, 1969, p.78).

Importa aqui referir que cada sociedade adota uma imagem diferente do que é ser criança e adulto, e age conforme os seus valores. Não existe um modelo linear de papéis sociais sendo estes caracterizados conforme o contexto em que os indivíduos estão inseridos.

Relativamente às relações familiares, é de notar que todos estes fatores, sejam eles funções, papéis sociais e toda esta reestruturação familiar implicaram uma mudança nas estruturas familiares. Em consequência disto, todas as relações familiares que outrora se apresentavam como sendo rígidas e distantes, ganharam outro significado e deram prioridade ao amor e afeto. No artigo de Oliveira e Fiorenza (2011), é expressado que “um dos temas que tem merecido destaque nas novas relações familiares é a valorização do afeto, o que faz com que muitas famílias sejam assim identificadas, sem que os laços consanguíneos tenham sido estabelecidos” (Oliveira & Fiorenza, 2011 ,p.174). Ou seja,

os autores dão como exemplo as famílias reestruturadas, provenientes de divórcios entre casais com filhos que passam a conviver no mesmo contexto familiar.

Lauwe e Lauwe (1950) voltam a debruçar-se sobre esta questão referindo que a família começa a corresponder às expectativas dos jovens que pretendiam que a família deixasse de ser um fator prisioneiro e sim um clima de afetos onde se sentem seguros e felizes. Todavia, conforme o que foi exposto, não restam dúvidas que a família adotou o perfil de afeto e amor o que deu origem a novas famílias, o que se entende por novas estruturas familiares.

1.4. Estruturas familiares

Numa breve definição, entende-se por estruturas familiares “a rede invisível de necessidades funcionais que organiza o modo como os membros da família interagem” (Minuchin, 1979, citado em Alarcão, 2002, p.54). Esta estrutura corresponde à imagem e ao funcionamento existente em cada família. Este conceito também é abordado como “(...) o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as formas pelas quais os membros da família interagem” (Wagner et al., 2011, p.22).

Levando em consideração estas duas definições, Wagner et al., (2011), reporta para a compreensão da estrutura familiar não apenas como modo de configuração familiar. Considero que é importante a distinção entre estes dois conceitos para que se possa entender as suas diferenças. Uma vez que a estrutura familiar (figura 1.2), diz respeito ao modo e às interações existentes no núcleo familiar a configuração familiar (figura 1.1), atende ao “conjunto de elementos/personagens que compõem o núcleo familiar” (Wagner et al., 2011, p.21).

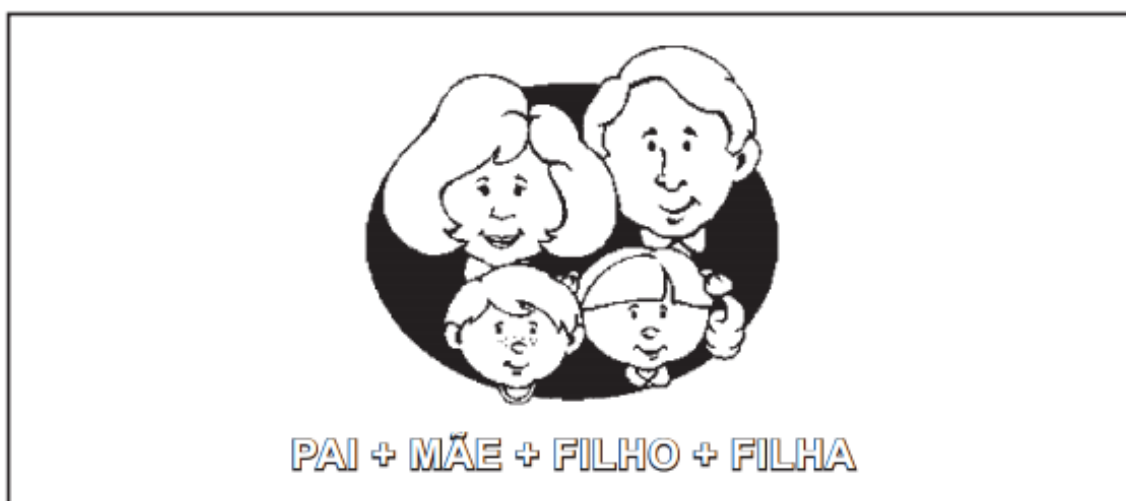


Figura 1.1 – Configuração familiar (Wagner et al., 2011, p.21)

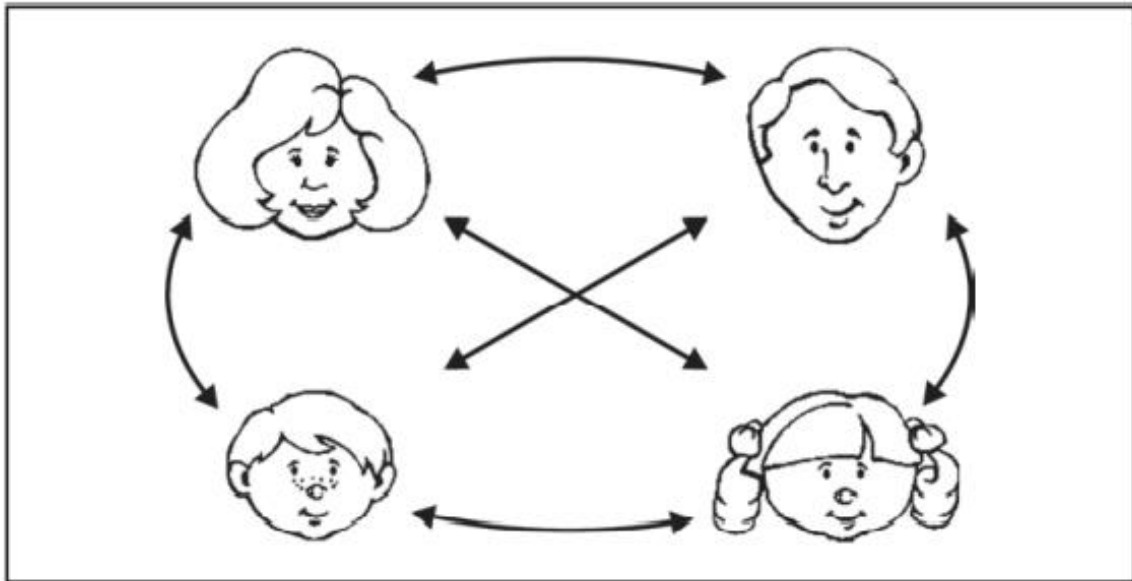


Figura 1.2 – Estrutura familiar (Wagner et al., 2011, p.22)

Em virtude dos factos mencionados resta referir que ao conhecer estes dois conceitos, consegue-se perceber que existe uma vasta multiplicidade de núcleos familiares, sendo que todos são diferentes, quer na sua configuração quer na estrutura que desempenham. Dessa forma, resta compreender os fatores resultantes destas estruturas familiares.

1.4.1. Divórcio – impacto na reestruturação familiar

Quando se fala na evolução das estruturas familiares, é preciso compreender de onde provém esta reestruturação familiar. Sabe-se que com a evolução que a sociedade sofreu, a família passou por diversas alterações sendo o modelo tradicional familiar o mais afetado (Dias, 2000). O aparecimento do divórcio foi um marco que teve bastante influência para esta temática, pois tal como refere o autor “desde que o divórcio é introduzido num país, os casos de vínculo matrimonial aumentam” (Dias, 2000, p.95).

Agora no contexto português, segundo Guerra (2018), Portugal foi o segundo país europeu a consagrar o divórcio por consentimento mútuo, tendo por base as Leis da Família. Paulo Guerra ainda esclarece:

Entre 1940 e 1975, através da assinatura da Concordata com a Santa Sé, estendeu-se à lei civil o direito canónico e a indissolubilidade do casamento (tornava impossível o divórcio para os casamentos católicos mal sucedidos). Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº. 261/75, de 27 de maio («encontro de Portugal com a modernidade»), conseqüente ao protocolo Adicional à Concordata, tornou-se possível o divórcio para os casamentos católicos (Guerra, 2018, p.29).

Nos dias que correm, cada vez mais o modelo tradicional é substituído por outros modelos, sendo que a geração mais jovem prefere adotar “livres conveniências”, ou seja, rejeita tudo o que tenha haver com a consagração formal e jurídica (Dias, 2000).

Guerra (2018), incute a sua ideia de que a conjugalidade reside na liberdade de escolha, na igualdade de direitos e deveres, na afetividade, na cooperação, na aceitação entre o casal. O aumento dos divórcios em Portugal derivou de diversas transformações sociais:

Desruralização das sociedades e o crescimento das classes médias, onde a família deixa de fundar o casamento sendo que antes o casamento era o que fundava a família; a *sentimentalização*, onde a dimensão efetiva constitui o núcleo fundador e central da vida conjugal; a individualização, ou seja, a liberdade de assumir para si, aceitando também para os outros, a escolha de modos próprios de encarar e viver a vida privada; a secularização, onde a retração das referências religiosas para esferas mais íntimas do ser humano; mudança na forma de encarar o casamento, ou seja, em caso de persistente desentendimento no casamento, os indivíduos não são obrigados a manter a qualquer preço a instituição e, por fim, a menor dependência do casamento como modo de vida (entrada da mulher para o mercado de trabalho (Guerra, 2018, p.30).

Dias (2000), também refere em concordância com Paulo Guerra, que a influência da sociedade tem grande impacto no aparecimento de novas reestruturações, sendo que tem sido cada vez mais visível a adoção de estruturas familiares opostas à família tradicional que anteriormente era institucionalizada no modelo social. Contudo, a autora ainda salienta que esta mudança veio trazer tendências para um seio familiar mais instável, com modos de viver diferentes e com problemas mais graves, dando como

exemplo as “uniões livres” que correspondem às uniões de facto existentes nos dias de hoje, onde não existe a ideia de uma relação estável, sendo que não corresponde em nada à antiga tradição conjugal. Sendo assim, as mudanças que ocorreram na sociedade não fizeram com que as funções e estruturas familiares desaparecessem, mas sim que enfraquecessem reduzindo a sua aptidão.

1.5. As novas famílias

A organização familiar tem vindo a transformar-se dando origem a outras estruturas familiares (Dias, 2011).

A família nuclear que é constituída por dois adultos de diferentes sexos e os seus filhos biológicos ou adotados. A união de facto, que se trata de uma unidade semelhante ao casamento, mas sem nenhum contrato escrito. As uniões livres, semelhantes à união de facto, mas que nunca é posto a ideia de um possível contrato escrito. As famílias recompostas, que são constituídas após os divórcios ou separações onde existam filhos dos casamentos anteriores e são reorganizadas, dando origem também aos meios-irmãos. As famílias monoparentais, compostas pela mãe ou pelo pai, são famílias fruto de divórcios ou viuvez ou até mesmo da própria opção dos progenitores que decidem criar os seus filhos sozinhos. Por fim, a autora ainda expõe outra tipologia familiar, as famílias homossexuais que são constituídas por um casal do mesmo sexo com ou sem filhos (Dias, 2011).

Clara et al., (2005) expõem uma série de tipologias familiares direcionadas para os tempos que vivemos atualmente. A autora, afirma que a família tradicional é constituída por pai, mãe e filhos provenientes desse casamento ou dessa união. Nos dias de hoje, outra tipologia familiar bastante comum são as famílias mistas ou recompostas (Dias, 2011). Estas famílias são caracterizadas como sendo uma mistura de famílias, ou seja, são compostas por um casal, filhos desse mesmo casal e pelos filhos de um ou outro, provenientes de casamentos anteriores.

Clara et al., (2005), também mostram outra tipologia familiar, neste caso as famílias monoparentais, que se formam por diversas causas, sendo elas a separação ou o abandono decidido por o casal em a família passa a ser composta só por a mãe e o filho ou pelo pai e o filho. Por fim, a mesma autora salienta ainda outra tipologia familiar, as famílias homossexuais, provenientes de casais do mesmo sexo.

Prado (2017) aborda esta questão como “famílias alternativas”. Segundo a autora estas “famílias alternativas” não se encaixam nos conceitos tradicionais de família. Tal

como acima referido, também ela elabora um conjunto de tipologias familiares que vão de encontro às ideologias dos outros autores, contudo apenas as denomina de modo diferente. Existe a família criada em torno de um casamento “de participação”, ou seja, o casal nega complemente o modelo tradicional de papéis atribuídos ao homem e à mulher, e ambos participam de igual maneira nas tarefas domésticas. O casamento “experimental”, em que o casal vive junto há algum tempo, mas só legaliza a situação depois do nascimento de filhos. Outra tipologia familiar que a autora revela é a “união estável” ou “união livre” que consiste exatamente na mesma abordagem de Dias (2011) assim como a família homossexual.

Assim sendo, a família, independente da sua tipologia familiar, tem certas funções que deve desempenhar, claro que estas funções dependem muito da faixa da organização social que ocupa assim como na economia do país na qual pertence (Prado, 2017). No entanto a autora menciona algumas das funções pertencentes à família, tais como a reprodução, identificação social, socialização e económica. Relativamente à reprodução, a autora esclarece que “a possibilidade de se reproduzir é uma condição indispensável à mera distinção entre um grupo de indivíduos e uma “sociedade” propriamente dita” (Prado, 2017, p.26), ou seja, a família tem como função dar continuidade à sua descendência.

Quanto à identificação social, esta é uma das funções que consideramos bastante importantes para a vida de um indivíduo. É importante saber “quem é”, saber as suas origens. Esse é um elemento fundamental para se inserir na sociedade e para ter acesso a documentos civis, deveres, obrigações e responsabilidades - é a identidade do indivíduo. A socialização, tal como a função anterior, também ela constitui elementos integrais na vida de uma criança, ou seja, é através da família que a criança incorpora o mundo adulto. É através da família que aprende a direcionar as suas atitudes e relações. “É na família, ainda, que a criança recebe orientação e estímulo para ocupar um determinado lugar na sociedade adulta, em função do seu sexo, sua etnia, suas crenças religiosas, seu status económico e social” (Prado, 2017, p.30). Por fim a função económica, pretende demonstrar que a família deve dar continuidade aos seus pequenos negócios, por assim dizer, dar continuidade ao negócio da família. A autora explora as famílias de classe média baixa, onde as crianças desde pequenas que estão envolvidas no negócio familiar, e assim com o passar dos anos ganham competências para dar continuidade, quando este já não pertencer aos pais.

Com base nas estruturas familiares aqui referidas, algumas estão sem dúvida mais presentes na nossa sociedade e são cada vez mais comuns - as famílias mistas e as famílias monoparentais. As famílias monoparentais femininas ocupam desde 1992 a 2019 uma percentagem de 85 % da população, o que indica que a maioria das famílias são famílias com estruturas familiares monoparentais (Pordata, 2021). Quero com isto salientar que com todas as transformações que a sociedade vai sofrendo ao longo dos anos, as famílias monoparentais não são estritamente famílias monoparentais femininas, podem também ser famílias monoparentais masculinas. É possível identificar com mais precisão o número de casos em 2019 de agregados familiares monoparentais masculinos e femininos sendo femininos correspondentes a 391.568 e os agregados familiares monoparentais masculinos 67.776 (Pordata, 2021).

1.6. Família Monoparental VS Família Tradicional

O contexto familiar que a criança ou jovem estão inseridos é bastante importante para o seu desenvolvimento e para as suas aprendizagens e cabe aos pais proporcionarem aos seus filhos um ambiente de bem-estar social e psicológico. Também conhecida como família nuclear ou simples, estas apresentam o modelo típico de uma família constituída por um agregado composto por mãe, pai e filhos biológicos do casal. Em contraste com a família tradicional/nuclear, temos as famílias monoparentais que se apresentam de diferente forma, ou seja, são apenas constituídas por um progenitor e seu filho/a. Como apresentei anteriormente, esta tipologia familiar está cada vez mais presente na nossa sociedade e importa esclarecer, através de uma discussão concetual, as diferentes abordagens em relação à monoparentalidade.

Segundo Correia (2002), as famílias monoparentais são originadas através de acontecimentos marcantes como o divórcio do casal, falecimento de um elemento do casal, uma separação, abandono por parte de um progenitor. Contudo segundo Minuchin (1982, citado em Correia 2002, p.242) “temos que aceitar que, no nosso tempo e na nossa cultura, uma família onde houver uma separação/ divórcio é uma organização viável.”.

Posto isto, entende-se que numa família monoparental, apesar de existir todas estas problemáticas que lhe estão associadas, não deixa por isso de ser uma família considerada firme. Na mesma linha de pensamento, também Wall (2003) refere que as famílias monoparentais são constituídas por uma mãe ou um pai que não têm esposo (a) e que vivem só com os seus filhos. No entanto, a autora refere que estas são famílias com

uma maior vulnerabilidade tanto a nível económico como aos cuidados prestados às crianças e jovens.

As crianças e os jovens após a separação dos pais tendem em enfrentar uma crise emocional que possuiu diversas implicações ocorrendo diversas mudanças, tanto a nível familiar, social e pessoal de todos os envolvidos. Todas essas mudanças provenientes da rutura familiar provocam na criança, e no jovem, um conjunto de sentimentos bastante complexos baseados no medo e abandono em relação aos familiares. Um dos factos que leva muitas crianças e jovens a se sentirem abandonados e com medo é porque na maioria dos casos não existiu qualquer comunicação entre os pais e filhos sobre este assunto, o que os leva a pensarem nos piores cenários existentes (Ramires, 2004).

Dito isto, considera-se que a falta de comunicação entre os pais e os filhos implica que por vezes, durante o processo de separação, as crianças e os jovens passem por uma tremenda solidão e falta de informações sobre o que está a acontecer (Ducibella, 1995; Fry, 1983; Souza, 2000; Wadsby & Svedin, 1994, citado em Ramires, 2004). Estas ruturas familiares são provenientes sobretudo de divórcios e separações, que ocorrem quando algo não está bem entre o casal. Nos jovens podem provocar comportamentos mais preocupantes e desajustados, podendo levar a consequências graves se não forem bem compreendidos e explicados. Cabe aos pais, independentemente de tudo, proporcionar aos filhos o bem-estar físico e psicológico. Contudo, segundo Guerra (2018), os pais conseguem organizar de novo a sua vida, quando no pós-divórcio não existem conflitos ou quando ambos conseguem separar as suas divergências entre casal dos seus papéis como pais.

Concluo que as famílias, sendo elas tradicionais ou monoparentais, são portadoras de um bem maior, os filhos, e é neles que o foco principal deve estar inserido. Família tradicional e família monoparental não são sinónimo de perfeição e nelas podem ocorrer igualmente vários problemas e comportamentos. Acima de tudo devemos ter a capacidade de perceber que existem diferentes contextos e famílias, no entanto a literatura expressa um pouco as famílias monoparentais como famílias que apresentam algum risco para as crianças e jovens e não como algo positivo, enquanto, por outro lado a família tradicional é caracterizada como uma família que não apresenta grandes riscos para os jovens.

1.7. Parentalidade – conceitos e dimensões

O conceito de parentalidade deriva do latim *parentâle* e é um procedimento que leva dois adultos a reestruturar a sua vida para a chegada de um filho, sendo capazes de se tornarem pais e responder a todas as necessidades exigidas pelos seus filhos (Leal, 2005, citado em Silva & Carneiro, 2014). Ainda segundo Silva e Carneiro (2014), este conceito também pode ser visto através de uma perspetiva cultural, a parentalidade pode derivar de modelos familiares.

É recorrente existirem algumas dificuldades em distinguir parentalidade de família, mas há que compreender que são dois conceitos bastante diferentes. Perquilhas (2018) explica que quando existem ruturas familiares, nomeadamente separações entre os casais, a parentalidade é para toda a vida, e, portanto, as funções e os papéis do pai e da mãe têm de se manter para garantir a felicidade dos filhos. Contudo, segundo Pereira et al., (2017), face às diferentes perspetivas, ainda não é possível definir um conceito único para parentalidade.

A este propósito, juntam-se as dimensões adotadas pela parentalidade, os papéis que os pais têm que desempenhar para proporcionar aos seus filhos um conjunto de situações positivas que os ajudem ao longo da sua vida (Hoghugh & Long, 2004). Para a UNICEF (2018, p.23), “ a criança tem direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Cabe aos pais a principal responsabilidade primordial de lhe assegurar um nível de vida adequado”.

Mais uma vez volto a referir Hoghugh e Long, (2004), que esclaresem, com base nos seus estudos, que existem onze dimensões referentes à parentalidade. Estas estão inseridas nas atividades parentais (atividades necessárias para uma parentalidade própria), nas áreas funcionais (aspetos relativos ao funcionamento da criança) e por fim os pré-requisitos (conjunto de bases necessárias para o bom desenvolvimento parental). Em relação às atividades parentais, os autores esclaresem os cuidados físicos, emocionais e sociais, o autodomínio e a disciplina e o desenvolvimento da criança. No que diz respeito às áreas funcionais, pode-se tratar de aspetos referentes à saúde (física e psicológica), comportamento social e o funcionamento educativo e intelectual. Por fim, os pré-requisitos abrangem os conhecimentos, recursos, motivação e oportunidades.

Corroborando com os pensamentos anteriores, não deixa de ser importante abordar o conceito de parentalidade positiva. Este vai ao encontro de desenvolver as condições necessárias para o bem-estar da criança e para que esta possa desenvolver as suas capacidades emocionais, comunicativas e autónomas da melhor maneira possível

(Baptista, 2014). Como exposto no Council of Europe (2006, p.3), “Positive parenting refers to parental behavior based on the best interests of the child that is nurturing, empowering, non-violent and provides recognition and guidance which involves setting of boundaries to enable the full development of the child”.

Tendo em consideração as concepções abordadas pelos autores, Cruz (2014) expõe na sua comunicação apresentada na ação de formação “Temas de Direitos da Família e das Crianças”, realizada pelo Centro de Estudos Judiciários, que apesar de não existir um único conceito para parentalidade positiva, existe sim um conjunto de comportamentos a adotar pelos pais para a sua atuação. São eles: “satisfação das necessidades básicas; satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança; organização de um ambiente familiar positivo e estimulante e supervisão e disciplina positiva”. (Cruz, 2014, p.107)

Em relação à satisfação de necessidades, estas dizem respeito à alimentação, saúde e aconchego, que são as bases vitais para a sobrevivência do ser humano e são necessárias para o desenvolvimento harmonioso e feliz. A satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança, são tudo o que envolve o sentimento de carinho, reforços positivos, amor, que são essenciais para a criança. Quanto à organização de um ambiente familiar estruturado, estes dizem respeito à organização espaço/tempo, ou seja, o modo como está organizada a casa e os objetos. Já o tempo corresponde à organização familiar por exemplo das rotinas diárias. A organização de um ambiente familiar positivo e estimulante pretende estimular a criança de forma eficaz para que esta seja capaz de criar feitos positivos na sua vida. Por fim, a supervisão e disciplina positiva é tudo o que implica supervisionar a criança ou o adolescente de forma a recolher informação sobre o seu dia a dia (Cruz, 2014).

1.7.1. Ser criança – Uma abordagem concetual

A criança é a base das funções parentais e é nela que toda esta temática se insere. Com base no artigo de Amorim e Magalhães (2013), que explora as ideologias de Philippe Ariès relativamente à concepção de infância, é referido que tanto as mulheres como as crianças na antiguidade eram consideradas seres inferiores e tratadas de maneiras diferenciadas (Ariès, 1978, citado em Amorim & Magalhães, 2013). As crianças eram como instrumentos para os adultos e assim que se tornavam independentes eram colocadas no mundo adulto, nomeadamente para o contexto de trabalho. É de constatar que a criança não vivia a sua infância como vive nos dias de hoje, desde muito cedo que era controlada e obrigada a realizar tarefas e aprendizagens do mundo adulto.

Os autores remetem para o facto de a infância não ser vivida por todas as crianças de igual maneira, devido a situações sociais, económicas e culturais. Portanto, a partir do fim do século XVI e durante o século XVII, os olhares sobre a infância foram-se alterando e passou a existir uma maior preocupação com a educação, o bem-estar da criança e os seus costumes.

Damazio (1988) defende que não existe uma forma única e definitiva para compreender o conceito de “criança”. Existem sim algumas teorias que abordam este conceito de uma forma mais clássica. O autor mostra duas teorias, o empirismo e racionalismo. O empirismo, criado por John Locke, no século XVII, explica que todo o conhecimento que adquirimos provém de experiências que temos no quotidiano. Ou seja, uma criança quando nasce, é “um ser incompleto, um vazio inicial, já que a sua mente é como uma página branca que deve ser preenchida ao sabor dos fatos exteriores” (Damazio, 1998, p.8). Já a teoria racionalista, representada pelo filósofo francês René Descartes no século XVII, afirma que o indivíduo tem consciência do que se passa no mundo porque pensa, ou seja, antes da experiência vem o pensamento. Segundo esta teoria, a criança é vista como “um adulto pré-formado, que já traz em si as probabilidades de seu crescimento intelectual” (Damazio, 1998, p.8).

Dados os factos, segundo a UNICEF (2018, p.18) “a criança é definida como todo o ser humano com menos de dezoito anos, exceto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo”.

Em virtude do que aqui foi exposto, importa falar sobre os direitos das crianças. Sabe-se que a criança tem uma série de direitos que devem ser respeitados e concretizados para que viva num ambiente saudável e harmonioso, e para que possa viver a sua infância conforme os padrões da sua idade.

Com base na informação disponibilizada na página de “Educação para a Cidadania”, a 20 de novembro de 1989, foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Convenção sobre os Direitos da Criança. Este documento foi retificado por Portugal em 21 de setembro de 1990 (Direção-Geral Da Educação, 2021).

Perante o documento da UNICEF (2018), vou apresentar alguns artigos mais relevantes para a minha investigação:

Artigo 3º - “Todas as decisões que digam respeito à criança devem ter plenamente em conta o seu interesse superior”;

Artigo 6º - “Todas as crianças têm o direito inerente à vida, e o Estado tem obrigação de assegurar a sobrevivência e desenvolvimento da criança”;

Artigo 7º - “A criança tem direito a um nome desde o seu nascimento. A criança tem também o direito de adquirir uma nacionalidade e, na medida do possível, de conhecer os seus pais e de ser criado por eles”;

Artigo 9º - “A criança tem o direito de viver com os seus pais a menos que tal seja considerado incompatível com o seu interesse superior. A criança tem também o direito de manter contacto com ambos os pais se estiver separada de um ou de ambos”;

Artigo 12º - “A criança tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração”;

Artigo 18º - “Cabe aos pais a principal responsabilidade comum de educar a criança, e o Estado deve ajudá-los a exercer esta responsabilidade”;

Artigo 19º - “O Estado deve proteger a criança contra todas as formas de maus-tratos por parte dos pais ou de outros responsáveis pelas crianças e estabelecer programas sociais para a prevenção dos abusos e para tratar as vítimas”;

Artigo 24º - “A criança tem direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos”;

Artigo 28º - “A criança tem direito à educação e o Estado tem a obrigação de assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades”;

Artigo 29º - “A educação deve destinar-se a promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicas, na medida das suas potencialidades”;

Todos estes direitos que as crianças devem ter são de extrema importância para que elas cresçam seguras e confiantes de si. As crianças têm que ser ouvidas, têm que ter a liberdade de exprimir os seus interesses e as suas ideologias, só assim podemos agir com base nos seus interesses. Após o seu nascimento, a criança automaticamente tem um lugar na sociedade, onde tem que ser tratada dignamente para que o seu desenvolvimento seja o mais harmonioso e feliz possível. Quando existe uma ruptura familiar, a criança tem o direito de conhecer, conviver e amar a mãe e o pai. Saber ouvir sem julgar, é essencial para que a criança se sinta confortável e segura para falar dos seus problemas pessoais. A sua proteção, educação, saúde são indispensáveis para que futuramente se tornem em cidadãs e cidadãos exemplares na sociedade, para que possam dar o seu exemplo e contribuir para uma sociedade mais rica e unida.

1.7.2. Ser mãe e pai - Processo de construção

“Não nascemos pais...tornamo-nos pais”

(Moro, 2005, p.258)

Começo por representar esta frase que clarifica com precisão que o ser pai e ser mãe não é uma função intrínseca, é algo que se constrói ao longo do processo de parentalidade. O nascimento do primeiro filho é o marco mais importante para a construção do processo de ser pais e é onde existe uma mudança radical na vida do casal.

Conforme Alarcão (2002), com o nascimento de um filho a reestruturação de um casal é essencial pois vai exigir novas funções, novas tarefas e uma nova reorganização familiar. Aqui há que compreender que a conjugalidade e parentalidade têm que se complementar, uma não pode anular a outra, no entanto sabe-se que a parentalidade exerce uma maior influência do que a conjugalidade. Um casal precisa do seu espaço, do seu tempo para se dedicar um ao outro, então com o nascimento de um filho a conjugalidade tende em não ser tão prolongada como a parentalidade e pode até ser anulado ou interrompido durante algum tempo. Posto isto, resta dizer que ao contrário da conjugalidade, a parentalidade é para a vida toda, não se pode simplesmente anular uma filiação.

Ser pai e ser mãe é um processo gradual. Desde que se sabe que a mulher está grávida, o casal automaticamente sabe que tem que adotar certos modelos, daí Moro (2005) denominar que a parentalidade se constrói com vários “ingredientes” que podem ser bastante complexos. Estes podem ser coletivos, históricos, jurídicos, sociais e culturais, outros tendem a ser mais íntimos e pertencentes a cada um dos pais.

Considerando todos estes “ingredientes” fatores determinantes para a construção da parentalidade, existe depois fatores que têm como base a criança. É ela que transforma o casal em pais. Aqui também é importante referir que existem várias condicionantes que dificultam ou não o papel da parentalidade. Quando um bebé nasce, este tem características diferentes de todos os outros, podendo ser mais provido de condições que facilitem o papel dos pais ou outros que porventura exigem um tratamento especial, tal como a prematuridade por exemplo. Nestes casos mais complexos, o exercício da parentalidade torna-se mais complicado, fazendo com que se criem estratégias para vencer estas dificuldades. A criança é a principal condutora de afetos e atos de amor, pois é ela que proporciona o sentimento maternal e paternal. Não existe somente uma maneira

de ser pai ou mãe, nem um modelo que se possa adotar, contudo há que considerar que é uma tarefa bastante difícil, que por vezes levam os pais a perguntarem-se a si mesmos “serei bom pai?” ou “serei boa mãe?” (Moro, 2005).

Voltando a Alarcão (2002), este dá enfoque à organização da parentalidade. Segundo a autora “o exercício da função parental, por parte dos pais, conduz-nos imediatamente, para a definição do modelo educativo” (Alarcão, 2002, p.141).

Satir (1997, citado em Alarcão, 2002), explica que ser pai ou ser mãe é a tarefa mais complicada que se pode ter. Os pais têm que saber ser professores, educadores, diretores, auxiliares durante todo o ano, sem férias, a fim de preparar os seus filhos para o mundo exterior. Tal como Moro (2005), também Satir (1997, citado em Alarcão, 2002) defende que educar os filhos é a tarefa mais complicada pela qual os pais passam, é necessário ter paciência, amor, humildade, amizade, sabedoria, para alcançar os objetivos desejados. Porém, o autor não pode deixar de reforçar que ser pai ou mãe pode ser a experiência mais emocionante que se pode ter na vida.

Em virtude do que foi mencionado, ser pai ou mãe, é de facto um processo bastante exaustivo e complexo que requer uma enorme capacidade de gerir emoções e conflitos. Nem todas as pessoas têm a capacidade de ser pai ou mãe, porque a parentalidade não é como a família, onde pode adotar várias estruturas, várias formas de se reconstruir. A parentalidade é para toda a vida, e com ela a responsabilidade acrescida de responder a todas as necessidades dos seus filhos até atingirem a sua autonomia.

1.8. Tendências e desafios para a família do século XXI

Face ao exposto nos pontos anteriores, foi possível verificar que a família sofreu grandes alterações ao longo do tempo e o papel parental ganhou outra importância. Numa sociedade onde outrora a família era rígida, inflexível e firme, as questões sentimentais eram postas de lado, sendo que as económicas eram as mais importantes. Como referido, podemos pensar no tempo dos nossos avós, onde a vida familiar nada tinha a ver com aquela que conhecemos nos dias de hoje. Assim, ao longo deste ponto, expomos a influência que a sociedade teve na família e vice-versa e os principais desafios resultantes destas transformações para as famílias no século XXI.

Dias (2000), esclarece que as transformações existentes nas famílias tiveram origem sobretudo pelo aparecimento de uma sociedade industrial. Esta teve grande influência e o papel desempenhado pela família projetou a mudança para a criação de novos espaços para os seus membros de forma a se adaptarem ao novo conceito de

sociedade. É caso para se dizer que “a sociedade mudou a família”, e as relações sociais desenvolveram-se de um modo significativo para aquilo que conhecemos hoje.

Tendo em conta o processo histórico apresentado anteriormente, com a evolução de aspetos políticos, económicos sociais e culturais, as mudanças ocorridas no seio familiar deram origem a novas estruturas familiares no século XXI, mudanças que tendem a aumentar e a dar origem a novas transformações sociais.

Por sua vez, não é só a sociedade que tem influência nas famílias, as famílias também têm grande influência na sociedade, pois são dois conceitos que estão inteiramente ligados. Segundo Dias (2000), a família tem sido um ponto importante para as transformações da sociedade. É ela que procura instrumentos para a solução de obstáculos e dificuldades inerentes na sociedade para a realização plena da vida familiar. “Assim, a sociedade não pode fugir à sua responsabilidade. A família exige e estimula o dever e a obrigação que a sociedade tem para consigo.” (Dias, 2000, p.84).

Apesar da família se ter estruturado em função das transformações sofridas na sociedade, também a sociedade procurou corresponder as suas funções às necessidades das famílias. A autora destaca duas influências da família na sociedade, a influência no sentido finalístico e a influência no sentido operativo. Em relação ao sentido finalístico, a autora esclarece que têm como base as escolhas económicas; a comunicação social; a programação de leis; projetos urbanísticos; ou seja, tudo o que contribui para melhores condições de vida das famílias. Já o sentido operativo “a família não só dirige as próprias escolhas sociais e legislativas, mas determina operacionalmente a adaptação e o funcionamento das diversas instituições sociais” (Dias, 2000, pp. 86-87), por exemplo nas escolas, nas empresas, na produção de bens de primeira necessidade, nos organismos públicos e privados, entre outras.

Com as transformações existentes na sociedade, os desafios familiares aumentaram, tanto ao nível da educação como também em relação à forma como a sociedade encara as “novas famílias”.

Para Oliveira (2009), as transformações sociais fizeram com que no século XXI se reestruturasse os laços familiares, ou seja, as famílias passaram a ser mais individualizadas trazendo algumas implicações nas relações familiares.

Em relação aos papéis sociais, com as mudanças existentes ao longo dos anos, estes também ficaram mais confusos dentro do seio familiar, sendo bastante diferentes dos modelos tradicionais.

Vieira (2018), dá especial enfoque ao desafio da educação e aos pais como principais agentes. No decorrer dos tempos, o conceito de educar foi ganhando outras definições. Com os avanços tecnológicos, com novas estruturas familiares, com a inserção da mulher no contexto profissional, o educar passou a ser dirigido cada vez mais à escola. O afeto e o diálogo entre pais e filhos tem faltado, provocando por vezes conflitos familiares e alguma angústia nas crianças e jovens. “Educar é essencial para a vida, é possibilitar à criança e ao jovem, como seres humanos, liberdade e autonomia, entendimento e gosto pela vida como fonte de realização e felicidade para os quais foram criados.” (Vieira, 2018, p.39).

Com base na revisão dos autores apresentados, a família do século XXI, com as mudanças existentes na sociedade procura ajustar-se e corresponder aos novos padrões que foram impostos. Não é fácil corresponder aos modelos impostos pela sociedade, mas cabe às famílias fazerem o melhor possível para se sejam vistas como um todo. Sejam famílias tradicionais, reestruturadas, monoparentais, homossexuais, todas elas incutem na sociedade um bem maior, o bem de educar e de viver no melhor estilo de vida possível.

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO

2.1. Fatores críticos para (in)sucesso escolar

O (in)sucesso escolar, tem sido estudado com mais profundidade ao longo dos anos. Existe uma grande quantidade de fatores que influenciam o sucesso escolar dos alunos. Sabe-se que na sociedade prevalece a diferença entre as pessoas, sendo por isso as crianças e jovens alvo também dessas mesmas diferenças. Não existem “formas de vida” iguais e, portanto, também o sucesso escolar sofre com isso.

Dando especial importância à explicação de Azevedo (2012), o (in)sucesso escolar depende de várias dimensões tanto a nível pessoal, pedagógico, institucional, familiar/local. Começando por referir algumas de carácter individual, todas se prendem por aquilo que caracteriza a criança/jovem, sendo o seu género/etnia, o seu desempenho escolar, o meio cultural familiar, a rede pessoal de gerações, o comportamento e atitudes face á escola, entre outras. A nível pedagógico, as dimensões apresentadas focam sobretudo o meio escolar, ou seja, a gestão da sala de aula, a relação professor-aluno, as metodologias de ensino-aprendizagem, as práticas avaliativas e os critérios organizacionais das turmas. Assim como a nível pedagógico, também em relação às dimensões institucionais, o foco está nas escolas, sendo que o clima escolar, o foco académico, o projeto educativo da escola, participação dos pais na escola, a oferta formativa, a política escolar, são também alguns dos fatores que influenciam (in)sucesso escolar. Por fim, e não menos importante, o autor ainda refere uma quarta dimensão que abrange o conceito familiar/local como influenciador do sucesso escolar, sendo que o envolvimento da comunidade local na educação, a composição étnica da população, o nível de escolaridade da população, a política educativa local, são alguns dos fatores mencionados no seu artigo.

Posto isto, percebemos que existe uma complexidade de fatores influenciadores do (in)sucesso escolar. Azevedo (2012), esclarece que na sociedade atual, os fatores determinantes do sucesso escolar são sobretudo os resultados obtidos nas avaliações sumativas, os processos de ensino-aprendizagem e a quantidade de crianças/jovens que transitam de ano. Ou seja, estes fatores continuam a ter um grande peso em relação aos fatores individuais e sociais.

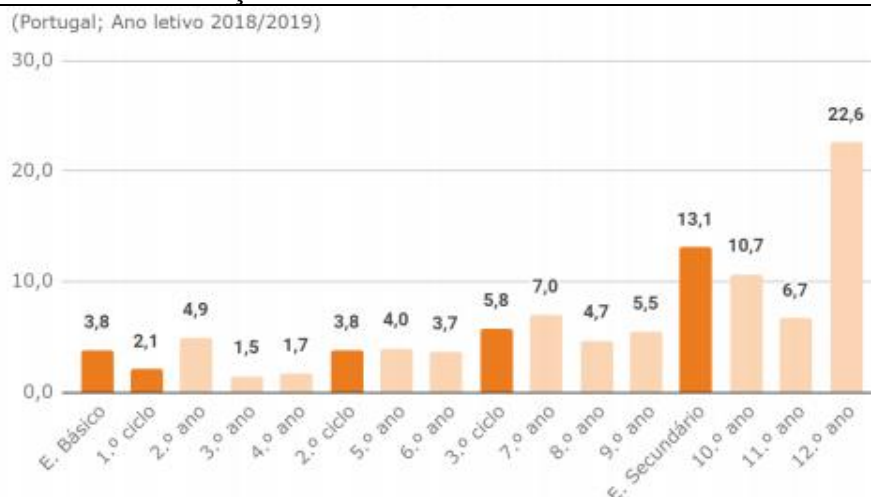
2.1.1. Concetualização

Ao analisar o sucesso escolar, começamos pela abordagem estatística e numérica, na qual a sociedade se baseia freneticamente. Com base no documento do Conselho Nacional de Educação (2011) – A qualificação dos portugueses, entre 2000 e 2010, o nível de qualificações da população portuguesa alterou-se, sendo que os níveis de qualificações subiram gradualmente. Em 2000 ainda era elevada a população com 15 ou mais anos que não tinham nenhuma qualificação (9%), sendo a faixa etária dos 45-64 a mais elevada (47%). Em decrescente transformação, em 2010, este mesmo grupo registava ainda cerca de 4% da população. Durante este período de tempo, registou-se um decréscimo acentuado da população com apenas o 1º e 2º ciclo, aumentando assim os detentores de 3º ciclo (+428,3 milhares), ensino secundário (+ 390,6 milhares) e superior (+ 406,1 milhares). Assim com a evolução observada, a população detentora de níveis de qualificações mais baixos, finalmente deixou de ser a maioria, mas mantendo os valores em relação aos outros graus de ensino. Assim, ao observar estes dados, deparamos-nos que no decorrer dos anos, o sucesso escolar tem ganhado uma importância astronómica tanto a nível pessoal como também a nível socioeconómico.

Perrenoud (2003) salienta que a ideia de sucesso escolar está dividida em dois sentidos. Primeiramente este conceito é associado ao desempenho dos alunos, aqueles que progridem no seu curso e obtêm sucesso. Numa segunda abordagem, o sucesso escolar é visto como o sucesso de um estabelecimento de ensino no seu conjunto, ou seja, uma escola bem-sucedida é aquela que atinge melhores objetivos e competências do que as outras. Ambas as ideias não deixam de estar corretas, pois seguindo a teoria da autora, estes dois sentidos de sucesso escolar complementam-se. Não poderia haver sucesso nos resultados dos alunos se o estabelecimento não tivesse competências para o proporcionar. Tal como o estabelecimento não poderia ter sucesso se o desempenho dos alunos fosse de grosso modo “fraco”.

Passando agora para uma abordagem estatística, segundo o site da Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), os últimos dados fornecidos acerca dos resultados escolares em Portugal, dizem respeito ao ano letivo de 2018/2019. Dando especial enfoque aos dados relativos às taxas de desistência e retenção, podemos observar no gráfico abaixo que são crescentes consoante o maior nível de ensino, sendo que no ensino secundário, no 12º ano, a taxa é mais alta, com 22.6%.

Tabela 1 – Taxas de retenção e desistência



Fonte: Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Ainda com base na informação disponibilizada pela Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência, podemos observar outra tabela que nos mostra os resultados em relação às taxas de conclusão do ensino básico e secundário. Através da visualização da tabela, entende-se que no decorrer dos anos, as taxas de conclusão do ensino básico e secundário têm subido, sendo que o ensino básico é o principal dominante nesta categoria. No ano de 2000/2001, a diferença das taxas de conclusão entre o ensino básico e secundário era maior, sendo que existia uma diferença entre elas de 36,7 %. Ao longo dos anos essa diferença tem vindo a diminuir sendo que no ano 2018/2019, conta com uma diferença de 17,1%, prevalecendo sempre o ensino básico. Como mostra a tabela em baixo, neste mesmo ano o ensino básico teve uma taxa de 94,5% de conclusão e o ensino secundário de 77,4%.

Tabela 2 – Taxas de conclusão dos ensinos básico e secundário (%)



Fonte: Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Posto isto, compreende-se que o sucesso escolar tem vindo a aumentar cada vez mais em Portugal, e sendo este um marco bastante importante para “(...) o progresso na qualificação dos portugueses e na redução das desigualdades” (Conselho de Ministros, 2016). Segundo a Direção-Geral Da Educação, em março de 2016, foi criado o Programa Nacional de Promoção ao Sucesso Escolar que visa melhorar o desempenho dos alunos. Sendo o contexto escolar quem melhor conhece as necessidades, dificuldades e capacidades dos alunos. Com este programa “pretende reforçar-se o papel da escola, dos seus profissionais e da comunidade, das entidades formadoras, dos formadores e de outros agentes de intervenção comunitária na promoção do sucesso escolar (...)” (Conselho de Ministros, 2016).

No entanto será relevante expor novamente a opinião de Azevedo (2012) face à problemática referida. Em contradição ao que foi exposto, o autor salienta que a sociedade de hoje em dia preocupa-se demasiado com o sucesso escolar, ou seja, com os resultados e percentagens obtidas e preocupa-se muito pouco com a realidade escolar de cada criança/jovem.

(...) as sociedades de hoje se preocupam muito com o sucesso escolar dos alunos (em grandes números e percentagens) e se ocupam pouco com o real sucesso escolar de cada aluno. Vivemos numa sociedade-espetáculo, em que a comunicação é mediada e dominada pelos media, pelas notícias-

choque, na qual é fácil manipular números e evidenciar sucessos e dificuldades, mais do que conhecer e compreender esses sucessos e essas dificuldades, condição essencial para os celebrar ou enfrentar. Aliás, além da mediatização dos ditos resultados estatísticos, pouco ou nada se faz na sequência, seja para sustentar os sucessos seja para ultrapassar as dificuldades tão brilhantemente evidenciadas. Ora, isto mesmo revela a verdadeira face da performance que se busca (Azevedo, 2012, p.3).

Em suma, o contraste existente nestas duas concepções, evidencia que o sucesso escolar ainda tem um longo caminho pela frente até atingir o seu *maximus*, a sua plenitude total. Em vez da sociedade continuar a aceitar freneticamente a realização de exames e estatísticas deve se centrar nos problemas concretos e reais de cada criança/jovem, de forma a lhe proporcionar o melhor percurso educativo possível.

2.1.2. Fatores explicativos

Os fatores explicativos para os sucessos escolares têm sido referenciados através de várias teorias. Azevedo (2012), esclarece que perante o (in)sucesso escolar, os alunos mais desfavorecidos, tanto a nível económico como a nível social, são aqueles que detêm um maior insucesso escolar.

Segundo Bolívar et al., (2005), o (in)sucesso escolar assenta sobretudo numa análise entre desigualdade e igualdade de oportunidades na educação. O sucesso nos estudos são, ou não, determinados pelas desigualdades sociais e pelo meio social dos alunos? O autor, propõe uma série igualdades que devem estar presentes no sistema de educação para contribuir para o melhor sucesso escolar para todos. Igualdade de oportunidades, que prevê uma igualdade de acesso e regalias iguais para todos; igualdade de ensino que tem como pressuposto a capacidade de todos para alcançar as aprendizagens fundamentais; igualdade de conhecimento e êxito escolar que tem como princípio alcançar as competências básicas para todos e por fim a igualdade de resultados (individual e social), que aponta para as diferenças de aproveitamento sem um único padrão de excelência, adaptar a educação curricular à educação especial.

Com outra abordagem, Benavente (1990), direciona-nos para o contexto português e demonstra várias teorias explicativas. A primeira vai de encontro à teoria de “dotes” em que o sucesso/insucesso escolar é “justificado pelas maiores e menores capacidades dos alunos, pela sua inteligência, pelos seus “dotes” naturais” (Benavente,

1990, p.716). A segunda teoria caracteriza-se por “handicap” sociocultural, onde o (in)sucesso é explicado pelo contexto social, pela “bagagem cultural de que dispõe à entrada na escola” (Benavente, 1990, p.716). Esta teoria permitiu desenvolver algumas atividades que proporcionaram uma discriminação positiva em relação às crianças/jovens das classes sociais mais desfavorecidas, na transformação da escola, nas suas estruturas, para que proporcionassem aprendizagens igualitárias para todos os alunos. Assim, entende-se que esta teoria vai ao encontro da visão de Bolívar, onde a educação deve adotar igualdade perante todos.

Para Almeida et al., (2008) o ambiente escolar tem uma grande importância para a justificação do (in)sucesso escolar dos alunos. É lá que os alunos desenvolvem “justificativas que os ajudam a interpretar os seus melhores e mais fracos resultados académicos” (Almeida et al., 2008, p.170).

Weiner (1986, 1988, citado em Almeida et al., 2008), esclarece que o sucesso ou fracasso escolar segundo as opiniões de vários alunos, organiza-se em seis fatores, sendo eles: a capacidade (grau das suas habilitações); o esforço (a energia do indivíduo para levar até ao fim a sua tarefa); as estratégias (os métodos que os indivíduos utilizam para chegarem aos seus objetivos); a tarefa (dificuldades sentidas nas tarefas escolares); os professores (o papel, as funções exercidas, a personalidade) e por fim a sorte (peso do azar ou sorte no desempenho escolar). Almeida et al., (2008) ainda esclarece que todas as dimensões apontadas são responsáveis pelos sucessos ou insucessos escolares e desempenham um papel fundamental nas emoções e motivação dos alunos face às suas aprendizagens.

No estudo feito por Almeida et al., (2008), sobre as atribuições causais para o sucesso e insucesso escolar, foram aplicados uma série de questionários a alunos para determinar as causas possíveis do (in)sucesso escolar. Como resultado desse estudo conseguiu-se verificar que, os alunos explicaram os seus resultados escolares sobretudo através do esforço e das bases de conhecimentos, sendo por último a falta de sorte ou capacidade. Weiner (1979), explica que na abordagem dos alunos, o sucesso ou o fracasso escolar é determinado pelos fatores internos em detrimento de fatores externos, sendo o esforço a capacidade mais valorizada.

Para finalizar, consideramos importante analisar o impacto do sucesso e insucesso escolar nas crianças/jovens em relação aos seus sentimentos e emoções. Tal como Martini e Del Prette (2005), defendem, este processo escolar detém uma influência bastante grande nas emoções, sentimentos, motivação dos alunos.

A estabilidade de uma causa, por exemplo, determina as expectativas de sucesso ou de fracasso futuro. A internalidade influencia as reações afetivas, a auto-estima, o orgulho e o autoconceito. A controlabilidade exerce efeitos diversos sobre as expectativas, a motivação e as emoções (Martini & Del Prette, 2005, p.356).

2.2. Desafios de pais e educadores no século XXI

Como já aqui foi dito, a sociedade ao longo dos anos tem vindo cada vez mais a mudar e a sofrer alterações, quer a nível familiar, quer a nível educacional. Assim Vieira (2018), concerne que educar na sociedade de hoje em dia tem sido cada vez um dilema maior, os pais como o grande foco da educação não emadureceram na responsabilidade de educar e de criar capacidades de crescimento para a criança, e cada vez mais essa tarefa é inculcada à escola. “A realidade é que a família na falta de amadurecimento de seu papel de educadora e oprimida pela sociedade capitalista vem perdendo a capacidade de sua responsabilidade amorosa e educativa com os seus filhos” (Vieira, 2018, p.39).

É de certa verdade, que os pais têm sempre uma questão na cabeça - será que estou a educar o meu filho da melhor maneira? Mas a realidade é que não existe uma única maneira de educar, mas sim várias e isso cabe à família perceber a sua melhor estratégia de educação. Vieira (2018) ainda aponta que “educar é um processo envolvente, ato integral, que em sua inteireza requer: disponibilidade, amorosidade, desprendimento, totalidade” (Vieira, 2018, p.41). Assim é normal que, com o avanço da sociedade e das novas tecnologias, os pais se depreendam com alguma insegurança face ao modo de educar, e cada vez apresenta um desafio maior para eles.

O grande desafio dos pais no século XXI depreende-se da falta de comunicação com os seus filhos. Com os avanços tecnológicos e os novos modelos familiares que surgiram, o carinho, o afeto e o diálogo entre as famílias tem vindo a se alterar e até mesmo a não existir (Vieira, 2018). Alarcão (2002) explica este facto como:

Dizer, então, que “o problema daquela família é que lhes falta a comunicação” ou que “não conseguimos comunicar” significa, fundamentalmente, que a comunicação existente não é funcional i. é, não permite ligar os indivíduos, mas apenas os afasta. Por outras palavras, nestes casos, quanto mais se comunica, mais se desenvolvem sentimentos

negativos entre parceiros comunicacionais que, dessa forma, se compreendem cada vez menos e se afastam cada vez mais (Alarcão, 2002, p. 67).

Cia et al., (2006), em conformidade com as perspectivas dos autores anteriores, explica que esta falta de comunicação entre pais e filhos pode gerar comportamentos problemáticos para as crianças/jovens. Ora, se o ambiente for positivo/acolhedor e a criança ter o apoio dos pais na identificação das suas emoções, se existir comunicação e entreaajuda, a probabilidade de existirem comportamentos preocupantes é muito pequena, as práticas parentais positivas contribuem para a relação positiva entre pais e filhos. Num ambiente familiar negativo o mesmo não ocorre. Sendo os pais menos calorosos, afetivos e amorosos para os seus filhos, estes apresentam um índice mais elevado de desenvolverem comportamentos destrutivos, como por exemplo raiva, queixas, depressões, ansiedade. Os autores ainda salientam que “a satisfação conjugal e o suporte família” são dois aspetos considerados importantes nas relações entre pais e filhos.

No que diz respeito aos desafios dos educadores do século XXI, Mel et al., (2015), elucidam que com as mudanças existentes na sociedade, e com o aparecimento das novas formas de tecnologias, os educadores têm que ser capazes de se reafirmar e readaptar indo ao encontro da nova sociedade. Cabe aos educadores estabelecer estratégias que visem o saber e a ação dos alunos, sempre na tentativa de proporcionar a melhor aprendizagem possível.

O relacionamento entre professores e alunos também se alterou no decorrer dos tempos, mas no século XXI o respeito, a amizade e a dedicação prevalecem, sendo que o dinamismo dos educadores não deve estar somente na base das competências pedagógicas, mas sim dinamizar momentos em que se disfrute desta relação. Os educadores têm que ter em conta o momento histórico em que vivem, assim como a transformação da sociedade, visto que também as aprendizagens pedagógicas estão sujeitas às condições sociais existentes. Atualmente, os educadores estão sujeitos a várias realidades sociais, como a multiculturalidade, a integração dos alunos e os problemas existentes em contexto escolar, sendo os educadores os principais mediadores destas problemáticas.

Partindo dessa perspectiva o desafio dos educadores na atualidade se constitui em fazer com que as aprendizagens sejam significativas,

estimulando experiências que possibilitem o amadurecimento dos educandos de acordo com suas realidades, visando à formação da cidadania (Mel et al., 2015. p.132).

2.2.1. Os jovens adolescentes

Muitos pais perguntam-se - Mas qual será a melhor forma de lidar com o meu filho? ou “Porque é que o meu filho não me ouve?”. Algumas questões atormentam os pais, e no século XXI não é exceção. Sabe-se que não é fácil ser pai e mãe, e quando os filhos chegam à idade da adolescência os conflitos familiares tendem em ser cada vez mais comuns, e esta questão prende-se a um dos desafios mais complicados para os pais.

A adolescência é a fase da vida onde ocorrem mudanças físicas, emocionais e afetivas de todos os indivíduos que por ela passam. É também na adolescência que os jovens exploram a sua vida pessoal e social de uma forma mais intensa.

Numa perspetiva de analisar o conceito de adolescência, Becker (2017) explica que o conceito surgiu por volta do início do século XX e deriva do latim *ad*, para *olescere*, crescer - crescer para. Este conceito, segundo o autor é bastante recente, e durante muito tempo a adolescência foi confundida com infância. Só quando a burguesia ascendeu como classe de maior importância é que houve uma reestruturação a nível escolar que estabeleceu então uma relação entre a idade e classe escolar, então aí o conceito de adolescência foi reconhecido.

Para Palácios (2004) a adolescência é:

A etapa que se estende, a grosso modo, dos 12-13 anos até aproximadamente o final da segunda década da vida. Trata-se de uma etapa de transição, na qual não se é mais criança, mas ainda não se tem status de adulto (Palácios, 2004, p.263).

Segundo o autor, esta é fase em que os jovens estão numa aprendizagem para a vida adulta, estão a começar a explorar e a compreender o conceito de ser adulto. Sabe-se, intrinsecamente que todos os indivíduos já passaram por esta fase, e sabe-se que esta é a fase mais complicada pela qual o individuo passa.

Voltando a Becker (2017), os jovens adolescentes estão numa fase de desenvolvimento e de conflito com eles próprios, isto é, atravessam uma crise devido às

contantes mudanças corporais, pessoais e sociais. Esta é forma como a sociedade encara a adolescência, no entanto não existe uma forma universal de a descrever.

“Não existe uma adolescência, e sim várias” (Becker, 2017).

Também Palácios (2004) ressaltam a ideia de que a adolescência varia conforme a época histórica, a cultura, a sociedade, os grupos, os estilos de vida, hábitos, etc. Todos os indivíduos são diferentes e todos têm um desenvolvimento diferente.

Ainda segundo Becker (2017), existem sociedades onde a criança passa da infância para a adolescência de uma forma gradual, e outras sociedades em que este ritual de passagem é feito de uma forma mais drástica onde são inculcadas as responsabilidades adultas assim que este inicia a sua puberdade. Como foi dito anteriormente, os jovens nesta fase passam por tremendas mudanças, nas quais podem suscitar sentimentos de confusão ou até medo. As partes do corpo mudam, as ideologias mudam e por vezes provocam sentimentos, conflitos e rivalidades com as pessoas que os rodeiam.

Posto isto é importante compreender que esta é a fase em que os jovens são mais vulneráveis e onde é estritamente necessário o apoio da família. Quando existe uma quebra familiar, separação ou divórcio, nesta fase, é perfeitamente normal que este se sinta revoltado e magoado com a situação, e isso leva os jovens a criar conflitos não só com os pais mais também com eles próprios. Isto porque, tal como explica Becker (2017), quando são crianças, os pais são perfeitos e são o seu porto de abrigo, mas quando as crianças passam a adolescentes, a visão parental passa a ser diferente. São constantemente confrontados com os seus erros e as suas fraquezas e não conseguem aceitar os conselhos e as ideologias dos pais. Isto provoca no jovem um sentimento de culpa, de querer ter a sua independência e autonomia, mesmo que não seja o momento certo para o fazer.

2.2.2. Clima familiar e apoio parental

Com base na literatura existente foi possível determinar que o contexto familiar e o clima existente e cada família é dinâmico e diferente. Numa fase em que os jovens estão em constante confronto pessoal e social é extremamente necessário o apoio parental, principalmente no processo de educação.

Además hay que tener presente que el sistema familiar no es algo esgo estático sino denámico y está en un continuo cambio que interfiere em el

clima familiar perturbando la homeostasis existente y provocando crisis, una de las cuales puede ser la evolutiva y si los conflictos inherentes a la etapa evolutiva de la pubertad se unem al clima familiar existente podemos plantearnos que factores de este clima familiar van a ser más relevantes tanto en el rendimiento del adolescente como en otras variables sociofamiliares y de interacción con el entorno (Jiménez Tallón et al., 1999, p.454).

Conforme Arco (2005), é na família que se encontra um espaço de encontro pessoal, de afinidades e identidades. Com o decorrer dos anos as habilidades sociais da família, o apoio parental e o clima familiar têm aumentado de forma significativa. As relações existentes entre pais e filhos têm ganho uma grande importância para a influência das decisões e para a capacidade de resolver situações difíceis de forma adequada e correta. Quando os autores falam de clima familiar, descrevem como não sendo algo fácil, contudo todos nós tivemos a oportunidade de observar variados climas, podendo ser os da nossa família ou até mesmo de outras famílias que conhecemos. Assim *“El medio familiar en que nace y cresce una persona determina algunas características económicas y culturales que pueden limitar o favorecer su desarrollo personal y educativo”* (Arco, 2005, p.63).

Voltando a Jiménez et al., (1999), as interações existentes entre os pais e os seus filhos, assim como as expressões utilizadas no contexto familiar, determinam grande parte o tipo de personalidade que as crianças/jovens vão adotar futuramente, quer nível pessoal quer a nível escolar.

Ainda segundo Robin e Foster (1989, citado em Jiménez et al., 1999), existem três dimensões no funcionamento familiar que determinam as relações existentes entre pais e filhos, são elas: a comunicação e a habilidade para a resolução de problemas; sistemas de crenças; estrutura familiar. Como referido anteriormente, a comunicação entre familiares é essencial para um bom clima familiar. É preciso existir comunicação para a resolução de problemas e um apoio familiar constante para superar as adversidades sociais. Uma família que careça de comunicação, não vai ser capaz de resolver problemas, essencialmente no que diz respeito aos filhos na idade da adolescência, o que faz com que em vez de resolver os conflitos existentes ainda os torna mais complexos. Quando os autores falam em sistema de crenças, equivale às atitudes e divergências de opiniões existentes no seio família, um fator que provoca conflitos familiares se não existir

compreensão e habilidades para as gerir. Quanto às estruturas familiares, como foi dito no capítulo anterior, podem provocar também conflitos, principalmente em famílias em que a comunicação e a partilha não fazem parte do seu dia a dia.

Resumidamente, um clima e apoio familiar positivo é sem dúvida alguma a melhor opção que as famílias podem adotar, mas claro que para que exista as famílias têm que ser capazes de o proporcionar, sendo os pais os principais detentores dessa tarefa, de apoiar os seus filhos nas melhores e piores fases da sua vida, no percurso escolar, proporcionando um ambiente familiar harmonioso e saudável.

2.2.3. Relação escola – família

A escola e a família são ambos veículos bastante importantes para o desenvolvimento dos jovens e das crianças. Em conjunto, proporcionam aos jovens uma série de habilidades sociais, políticas e educacionais que criam a identidade do indivíduo na sociedade (Rego, 2003, citado em Dessen & Polonia, 2007).

A família como contexto para o desenvolvimento humano é vista como a primeira instituição, em conjunto com outras, que tem como principal objetivo proporcionar à criança e ao jovem um ambiente de bem-estar e segurança. É considerada,

A primeira mediadora entre o homem e a cultura em que constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva (Dessen & Polonia, 2007, p.22).

Damazio (1988), também considera que a família é a primeira referência que a criança tem e é através dela que constrói os seus comportamentos e ideologias. A família é importante em todas as fases de vida da criança, contudo, conforme Becker (2017), na fase da adolescência, é onde existem os maiores atritos entre pais e filhos. É importante que a família seja capaz de comunicar e compreender os conflitos uns dos outros para assim criar bom ambiente entre pais e filhos. Daí ser tão importante estas relações familiares, pois são elas que desenvolvem e criam a personalidade dos adolescentes. Por exemplo, no caso de violência, autoritarismo, satisfazer todos os caprichos podem provocar nos jovens algumas dificuldades no seu desenvolvimento psicológico. Mas se

existir uma boa relação, atitude equilibrada, comunicação entre pais e filhos, criam um sentimento de amizade, respeito e um bom ambiente familiar.

Alarcão (2002) também considera importante sublinhar que a família tem a obrigação de proporcionar à criança cuidados de saúde como por exemplo a alimentação vacinação, assim como a escola tem a obrigação de completar estas funções familiares, ou seja, complementar com os suplementos alimentares, as triagens médicas, confirmação do regime de vacinação, aulas de educação física. Ou seja, existe um contínuo processo de complementarização entre a escola e a família que deve ser levado com a maior seriedade possível.

Passando agora para o contexto escolar, é de salientar que a escola também tem um papel bastante importante na vida das crianças e jovens. É preciso saber complementar estas duas entidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional. Tal como a família, também a escola apresenta uma série de aprendizagens que proporcionam um desenvolvimento saudável nas crianças. É ela que prepara, juntamente com a família, para a inserção das crianças e dos jovens no meio social.

Damazio (1988), também considera que a escola é uma referência bastante importante na vida da criança. É na escola que começa a existir um contacto maior com outros indivíduos, onde existe uma maior partilha de experiências e relacionamentos, e onde a criança recebe o experimento para a vida social.

Loureiro (2017), alude à importância da escola como um meio cada vez mais reivindicativo nas relações com a sociedade e o indivíduo. A aprendizagem é procurada de forma cada vez mais próxima da realidade e da comunidade, procurando proporcionar ao indivíduo o conjunto de ferramentas que lhe permitam compreender melhor o mundo que o rodeia assim como se desenvolver enquanto cidadão da sociedade.

A relação entre dois sistemas, a família e a escola, tem tanto de inevitável como de construído. Por outras palavras, ambos os sistemas estão impossibilitados de se furtarem ao encontro, mas, para que ele não se converta em desencontro, têm que, cuidadosamente, desenvolver uma ligação que potencie o crescimento da criança e que, naturalmente, os gratifique e lhes dê prazer. Esse encontro, ou esse conjunto de encontros, tece-se num contexto muito particular sobredeterminado por dois aspectos essenciais: a partilha de objectivos e funções idênticas, por um lado, e a mútua avaliação, por outro lado. Com efeito, tanto a família como a escola

têm a obrigação de educar a criança, de ajudá-la a desenvolver-se na sua tripla dimensão bio-psico-social (Alarcão, 2002, p.154).

2.3. Educador social como mediador familiar

No decorrer dos anos, a sociedade foi-se alterando de diversas formas e em diversos contextos, e o educador social ganhou uma grande importância e valor na vida das pessoas, no entanto é uma profissão recente, sendo muitas vezes confundido com assistentes sociais e animadores socioculturais. O que o caracteriza é a grande capacidade de observação da realidade social, saber identificar problemáticas e sobretudo conseguir criar estratégias para as solucionar (Serapicos, 2006). É ele individualmente, ou juntamente com uma equipa multidisciplinar, que proporciona e implementa soluções de melhoria de vida dos indivíduos, remando em conjunto para um clima de bem-estar e segurança da população vulnerável.

Serapicos (2006) explica o papel do educador social como o “tipo de desempenho que dele se espera, do que ele é capaz de fazer no quadro das competências para que foi preparado e das respostas emergentes aos desafios laborais” (Serapicos, 2006, p.8).

Para E. Ander-Egg (1987, citado em Quintana Cabañas, 1994), *al trabajador social* (educador social) é visto como um educador multifuncional, onde exerce várias funções sendo elas: orientador; fornecedor de serviços sociais; informador; gestor; investigador; planificador; administrador; executor de programas e projetos/atividades; avaliador; reformador de instituições; identificador de situações; educador social informal; animador, facilitador, mobilizador.

Quintana Cabañas (1994) defende que o educador social desenvolve uma série de ações preventivas, essenciais e reabilitadoras, de forma a satisfazer as necessidades e resolver problemas sociais promovendo assim a inclusão social. Sendo o educador social um trabalhador multifuncional, também é ele que define a sua metodologia de trabalho com os indivíduos ou com o grupo.

Segundo Noguero (2002) o educador social é que define como irá trabalhar dentro de um grupo ou com o individuo numa fase inicial, colocando em prática as suas pedagogias. Contudo, é necessário ter em consideração que depois de ter alcançado os seus objetivos e fornecer as ferramentas necessárias ao grupo e/ou individuo como por exemplo motivação, atitudes, valores, capacidades, conhecimentos entre outros, que o

levam a criar a sua autonomia, o educador social deixa de ser o principal agente da mudança, passando assim a ser o próprio grupo ou indivíduo.

Em relação a esta abordagem é de considerar que o educador social trabalha como mediador, ou seja, ele cria as ferramentas necessárias para que as pessoas se tornem capazes de resolver os seus problemas, tornando-as mais autónomas, tanto a nível pessoal como a nível social. Na mesma linha de pensamento, Carvalho e Baptista (2004) consideram o educador social como mediador e afirmam que este pode contribuir individualmente ou em equipa, no combate à exclusão social dando liberdade para que cada indivíduo construa os seus projetos de vida e que os consiga realizar, avaliar e adaptar à sociedade.

Ao desempenhar o papel de mediador, o educador social apresenta-se na relação sem soluções miraculosas, sem pretensões paternalistas ou redentoras. Esse não-poder sobre o outro faz, afinal, a diferença da sua responsabilidade profissional, o que não põe em causa a intencionalidade e o compromisso por parte do educador. Apenas contraria a situação de simples assistência, de paternalismo e de benevolência. Enquanto mediadores sociais, os educadores têm a responsabilidade de procurar consolidar e renovar as redes já existentes no meio em que as pessoas vivem, mas, ao mesmo tempo, têm de ajudar a inventar redes novas, criando espaços de pertença e de referência afetiva (Carvalho e Baptista, 2004, p.93).

Dando especial importância a este conjunto de ferramentas que o educador social proporciona aos indivíduos com quem trabalha, também ele é detentor de uma série de funções que Utrera (2017) aponta como, transmissão e desenvolvimento da cultura; conhecimento, análise e pesquisa de contextos sociais educacionais; contextos, processos e recursos educacionais sociais; mediação social; implementação e avaliação de programas e projetos educacionais.

Utrera (2017) dá alguns exemplos de funções que o educador social tem em contexto familiar e individual, como a deteção e prevenção de situações de risco e de exclusão social; receção e análise de casos através de instituições e serviços sociais de pessoas com riscos e dificuldades sociais; interpretação e avaliação de ações de apoio para reforçar o componente socioeducativo em indivíduos de todas as idades.

Na grande maioria das famílias, o resultado de uma separação acaba sempre pela criação de conflitos entre pares que acaba por atingir os restantes membros da família, nomeadamente os filhos. Serve então a mediação, como recurso para a resolução dos problemas, partindo para a compreensão do casal em relação às suas diversidades e à não competição entre eles, tentando sempre proporcionar o melhor futuro aos seus filhos.

Bittencurt (2008) esclarece que a mediação é:

Administração do conflito pelo qual as partes, auxiliadas por um terceiro, neutro, imparcial, reconhecem as diferenças existentes entre eles e visualizam juntos, de forma pacífica, o problema, para que se dê continuidade ao relacionamento, resgatando sentimentos que haviam sido esquecidos com o passar do tempo (Bittencurt, 2008, p.141).

Assim, o elemento neutro entre pares, no qual consideramos como mediador, pode ser considerado o educador social, que ao criar estratégias vai ajudar na resolução de conflitos. É importante também referir que na mediação não existem vencedores, mas sim pares que aceitam acordos amigáveis que lhes vão proporcionar um bem-estar pessoal e social (Bittencurt, 2008).

Assim, o educador social enquanto mediador social tem o objetivo de atender às necessidades de uma crise familiar, para que lhes seja proporcionado uma série de possibilidades a desenvolver, criando soluções para a resolução de conflitos (Bittencurt, 2008). É então necessário que o educador social escute, questione, e entenda todas as partes envolvidas proporcionando métodos e técnicas que ajudam a família a reconquistar um ambiente harmonioso e feliz.

2.3.1. Pedagogia/Educação social

Conforme Díaz (2006), a pedagogia social é o que faz referência à ciência da educação social das pessoas e dos grupos e como ajuda a partir de uma vertente educativa às necessidades das pessoas. Como tal é necessário entender que a educação social é um processo que não ocorre somente nas escolas, ela ocorre em vários contextos nos quais o ser humano está inserido, portanto não basta intervir em contextos escolares, mas sim em todos os contextos.

Díaz (2006) também faz uma abordagem histórica da origem da pedagogia social. Conforme este autor, a pedagogia social teve origem na Alemanha e as suas origens estão

vinculadas na sociedade industrial e com a crise que se viveu na Europa na primeira metade do século XX. Nesta altura a educação era procurada como salvaguarda de resolução de várias problemáticas da sociedade como era o caso dos movimentos migratórios; desemprego; pobreza; exclusão económica e social; abandono de menores; delinquência, entre outros. Ora é com estes dilemas que se cria a necessidade de uma pedagogia que busque a resolução dos problemas sociais e que dê respostas às necessidades individuais das pessoas, que visem proporcionar um bem-estar coletivo. É neste contexto que nasce o conceito de Pedagogia Social.

Para que a pedagogia social tenha sucesso é preciso conhecer o indivíduo ou grupo, o contexto onde está inserido e qual a problemática, para que a intervenção seja feita em função das suas necessidades. O principal objetivo desta pedagogia incide sobretudo em contribuir para a integração social dos indivíduos e com a intenção de proporcionar e estimular a capacidade crítica de forma a melhorar o seu meio social (Casteleiro,2008).

Segundo Caliman (2010), este caracteriza historicamente a pedagogia social em diferentes ideologias. A primeira centra-se sobretudo no indivíduo, ou seja, numa abordagem individualista em que incide sob a formação do homem dentro de uma comunidade. A segunda foca-se num preceito de educação política em que o indivíduo é educado de forma a “servir bem o Estado como um ser político e bom súbdito” (Caliman, 2010, p.348). Numa terceira abordagem o autor explica-a como sendo uma formação social do indivíduo, ou seja, é através da família e da escola que este ganha competências de integração na sociedade e desenvolve capacidades através da troca de conhecimentos entre o educador e o educando. A quarta abordagem que o autor faz referência entende a pedagogia social como “teoria da ação educadora da sociedade, como sociedade educadora” (Caliman, 2010, p.348). Ora entende-se isto como a valorização das instituições da sociedade como forma de potenciar a educação. Por fim o autor ainda refere uma última abordagem que vai ao encontro da pedagogia social crítica.

Assim como Casteleiro (2008) acima mencionado, também Caliman (2010) pretende explicar com esta teoria que a pedagogia social tem como intenção criar e estimular a capacidade crítica dos indivíduos, de forma que estes possam desenvolver as suas ideologias e com elas proporcionar uma melhoria do meio social onde se inserem.

Posto isto, Carvalho e Baptista (2004) explicam que a ligação que a educação social e a pedagogia social têm é bastante importante pois a educação social é encarada como “um braço da ação integradora e manipuladora do poder político”, enquanto a

pedagogia social é vista como “uma frente de endoutrinação” (Carvalho & Baptista, 2004, p.55).

Desta forma, é possível compreender alguns dos aspetos mais importantes da pedagogia social/educação social. Numa perspetiva mais sumária, todas as ideologias que os autores mencionaram estão de certa forma ligadas umas com as outras, dando assim um conjunto de ideias que proporcionam um conceito chave de pedagogia social/educação social. Sendo assim podemos considerar que a pedagogia social/educação, social é um conjunto de pedagogias que visam proporcionar o bem-estar individual e coletivo do individuo e da sociedade.

2.4. Educação e Novas Tecnologias

Numa sociedade em constante evolução, é imprescindível falar das novas tecnologias e o que estas proporcionaram tanto para o ensino como para vida social da população. No decorrer dos séculos XX e XXI, os avanços tecnológicos marcaram a evolução da sociedade e da globalização, onde a internet ganhou uma importância astronómica no que concerne à pesquisa de informações. Desta forma, as escolas são obrigadas a adotar a internet como meio de aprendizagem. (Oliveira et al., 2008). Assim, as novas tecnologias ganharam uma especial importância,

Novas concepções surgiram, novas práticas, ocupações, tudo mudou em tão pouco tempo. Fala-se de Sociedade Midiática, em Era Digital, Era do computador; a sociedade passou a ser dominada não por aquilo que é ou pelos seus feitos, mas a partir dos instrumentos que passou a utilizar para evoluir (Kohn & Moraes, 2007, p.1).

Ainda segundo De Oliveira et al., (2008), a tecnologia tem ajudado os profissionais de educação nas planificações das aulas e na metodologia de ensino. Visto que os jovens passam a grande maioria do tempo nos seus telemóveis, tablets, computadores, cabe aos professores adotarem medidas que visem proporcionar aprendizagens em conformidade com os dispositivos tecnológicos existentes.

A escola, por sua vez, deve criar maneiras de conciliar o saber ao prazer, criando um elo entre a tecnologia e a educação, aliando o uso da internet com o ensino-aprendizagem, fazendo com que as aulas se tornem mais

atrativas e menos monótonas para os alunos que possuem um mundo de informações na palma das mãos (...) (Oliveira et al., 2008, p.40).

Já se compreendeu que as novas tecnologias proporcionaram uma evolução muito grande em relação à educação. Rodrigues (2016) acrescentam que a grande meta para a educação foi sem dúvida a introdução de microcomputadores em contexto escolar pois proporcionaram aos alunos mais uma importante alternativa na busca do conhecimento. Os autores ainda consideram outra meta bastante importante que diz respeito à troca de informações culturais. Com os computadores e a internet, a troca de informações entre os alunos do mundo inteiro foi possível, levando à que a troca de conhecimentos, aprendizagens e culturas. Por fim, os autores não deixam de referir que as metodologias de ensino sofreram alterações significativas, contudo a adaptação a estes meios só veio a proporcionar um melhor compartilhamento de informação e conhecimentos. No entanto nem tudo foi perfeito, apesar de existirem infindas vantagens, o uso excessivo das redes sociais, o distanciamento dos alunos do mundo real pode levar à inexistência de convivência social.

2.4.1. Desafios e Perspetivas para o ensino-aprendizagem

Rodrigues (2016) explica que a Internet surgiu nos anos de 1960, durante a Guerra Fria. Inicialmente era usada apenas para fins militares através do Departamento de Defesa Americano, para melhorar a qualidade do sistema de comunicações e fosse capaz de resistir a ataques mais ferozes, como por exemplo uma guerra nuclear. Só a partir do ano de 1969 é que a Internet começou a ser utilizada para outros fins, como por exemplo para a utilização de correio eletrónico. Também foi nesse ano que foi criada a ARPANET, sendo responsável pelo aparecimento da World Wide Web (Alves, 2015).

Com o aparecimento da Internet foi criada uma rede de computadores que permitiu que estes se interligassem, sendo conhecida como ARPA (Advanced Research Projects Agency). A ARPANET foi então uma rede que teve o objetivo de partilhar informações entre vários computadores (Alves, 2015).

Slevin (2000) aponta que a ARPANET foi responsável por uma série de acontecimentos marcantes para a história da tecnologia, como a comunicação entre computadores, sendo que a visão anterior do computador como máquina de cálculo deixou de ser vista. Outra meta importante foi a invenção da tecnologia de comunicação

TCP/IP, que consentiu na criação de uma linguagem comum para os dados de envio e recepção. Assim a ARPANET, foi a primeira ligação entre computadores, sendo que os principais locais a serem conectados foram: A Universidade da Califórnia em Los Angeles, o Instituto de Stanford na Califórnia, a Universidade da Califórnia em Santa Bárbara e a Universidade de Utah.

De Oliveira et al., (2008), ainda sublinham que com o surgimento da Internet “a liberdade e imaterialidade” passam a ter um destaque importante em relação à leitura e à comunicação, sendo possível o acesso à mais diversa informação existente.

O aparecimento da Internet e das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), vieram revolucionar o processo de ensino- aprendizagem e com elas criaram desafios para os educadores e professores. Apesar das crianças/jovens estarem familiarizados com as novas tecnologias e, nos dias de hoje, as usarem para todos os propósitos, os educadores/professores nem sempre estão familiarizados com os diferentes tipos de tecnologias, e isso pode ser um obstáculo para o processo de ensino-aprendizagem.

A importância de o professor adquirir habilidades e técnicas referentes à inclusão de tecnologias digitais, deve-se ao fato de que esses meios estão mais contextualizados com a realidade em que o aluno de hoje vive e, com certeza, vai ser um fator de motivação a mais para despertar o interesse do mesmo. Entretanto, o maior desafio para o professor é integrar essas novas tecnologias aos conteúdos ministrados em sala de aula, pois não basta apenas ter as ferramentas, se não se sabe utilizá-las. Por isso, é importante que o professor busque conhecer e aprender sobre a ferramenta tecnológica que pretende usar para adequá-la ao seu planejamento (Silva et al., 2017, p.113).

Para completar o autor anterior, Sataloff et al., (2014) aditam ainda que o aparecimento nas novas tecnologias trouxeram algumas inquietações para os educadores/professores, pois muitos ainda gostavam de trabalhar num sentido mais tradicional e isto veio fazer com que tivessem que adotar novas práticas pedagógicas. Contudo ainda existe escolas que tentam resistir às novas tecnologias por considerarem que estas são usadas de forma imprópria. No entanto, torna-se cada vez mais impossível

afastar as crianças/jovens da fluência das novas tecnologias e por isso uma escola que as abomine faz com que os alunos não tenham a mesma disposição para aprender.

Em suma, com os avanços tecnológicos que temos vindo a observar, a sociedade e a educação têm que se adaptar se querem ver resultados positivos. Ainda existem professores que utilizam o modelo tradicional de ensino, mas será este o mais correto para a motivação dos alunos? Se existir uma conexão entre o tradicional e o digital a motivação exercida aos alunos terá com certeza resultados mais positivos - temos que nos ajustar à *nova era da comunicação*.

2.4.2. Ensino à Distância

Rurato e Gouveia (2004), definem Ensino à Distância (EaD) “como qualquer forma de estudo que não esteja imediata e continuamente dependente da supervisão de orientadores, mas que, no entanto, beneficie do planeamento, orientação e instrução de um estabelecimento” (Rurato & Gouveia, 2004, p.85).

Oliveira (2007) também aponta que EaD é considerado a modalidade de ensino que facilita a aprendizagem com recurso a meios didáticos e diferentes suportes de informação que facilitam a autoaprendizagem e a autonomia. Assim com a existência do ensino à distância é possível criar novos cursos e novas modalidades que permitam a prática pedagógica para todos.

Em 2019, 2020 e ainda no decorrer de 2021, o mundo atravessa uma pandemia que alterou muitos conceitos de trabalho e de ensino, sendo o ensino à distância uma das transformações mais marcantes. Muitos se perguntam se este tipo de ensino proporciona a mesma aprendizagem do que o ensino presencial? O ensino presencial é sempre o mais vantajoso e o mais favorável para a criança/jovem. Sendo o ensino à distância uma medida adotada recentemente, e aos pais cabe o papel de serem eles também professores dos seus filhos. Contudo há que salientar que nem todas as crianças vivem num contexto familiar que lhes permita adotar este tipo de ensino e terem a ajuda dos pais, e isso torna-se um obstáculo na sua aprendizagem. Contudo o ensino à distância não deixa de ter as suas vantagens e Gouveia, (2004) apresenta algumas delas:

- Abertura (amplitude na oferta de cursos com a vantagem de não existir deslocações, o que é vantajoso a nível económico);
- Flexibilidade (de espaço e tempo quanto ao desenvolvimento das aprendizagens e ritmo e concretização de atividades);

- Eficácia (motivação do indivíduo durante o seu processo de aprendizagem e contínuo acompanhamento pedagógico através dos meios de comunicação existentes);
- Formação permanente (grande procura no campo profissional em continuar e complementar os cursos bases, aquisição de novas competências e valores);
- Economia (evita o deslocamento presencial);
- Padronização (evita a transmissão de conhecimentos diversificados).

Também é importante ressaltar que o ensino à distância apesar de favorecer uma flexibilidade na concretização do curso, também incute aos alunos um grande sentido de responsabilidade e autonomia, que poderão ser vistos como dois fatores bastante positivos para a sua aprendizagem pessoal.

Contudo, há que compreender que não existem só vantagens neste tipo de ensino, mas também algumas desvantagens que vale a pena referir. Rurato e Gouveia (2004), explicam que uma das desvantagens do EaD é a inexistência de contacto físico e visual. A comunicação não se faz somente através da fala, todos nós temos linguagem corporal e no ensino à distância isso é algo que é muito complicado de observar. As expressões faciais, o timbre de voz, o olhar, a postura, tudo isso faz com que o professor consiga perceber se o aluno está ou não a compreender o que lhe está a ser transmitido. A relação entre aluno e professor também sofre neste tipo de ensino, sendo que existe um grande afastamento e uma falta de apoio presencial.

CAPÍTULO III – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

3.1. Metodologia

Numa investigação científica, a escolha da metodologia de investigação é bastante abrangente e diversificada, pois não só está centrada na ciência que está a ser estudada como apresenta diferentes métodos e técnicas que levam à criação do conhecimento (Pardal & Lopes, 2011).

Existem duas vertentes metodológicas que fazem parte da investigação e que a têm acompanhado ao longo do tempo, são elas: quantitativa, também denominada como “experimental, científica e positivista” (Pardal & Lopes, 2011, p.20), e a qualitativa, conhecida também como “naturalista, etnográfica, interpretativa, descritiva, construtivista e de observação participante” (Pardal & Lopes, 2011, p.20). Assim, tanto uma investigação quantitativa como uma qualitativa requerem um paradigma que serve de orientação para o que se pretende investigar. (Pardal & Lopes, 2011).

Antes de iniciar uma investigação, seja ela quantitativa ou qualitativa, é necessário ter a consciência do paradigma que se vai seguir, porque este serve de guia orientador para o que pretende investigar (Pardal & Lopes, 2011).

Abascal (2004), considera paradigma como um exemplo ou algo exemplar. Saez (1986, citado em Abascal, 2004) reporta para uma definição de paradigma mais concreta e precisa. Ele entende por paradigma as “plataformas conceptuais relativas à realidade e desde as quais se mantêm implícita e explicitamente determinados supostos teóricos e determinadas metodologias de investigação” (Abascal, 2004, p.18).

O conhecimento científico tem assim, na sua origem, procedimentos de verificação baseados em metodologias científicas, aplicadas de acordo com cada área em estudo. Para a aplicação dessas metodologias são necessários instrumentos de recolha e análise de dados, que por sua vez são definidos através do método científico. Servir-se de um método é, portanto, tentar ordenar o trajeto através do qual se possam alcançar os objetivos inicialmente definidos na investigação. O método refere-se de facto a um caminho que nos permite chegar a um determinado fim.

Segundo Turato (2003) podemos definir método como um conjunto de regras que escolhemos e aplicamos, com o objetivo de recolher dados que nos ajudem na compreensão da realidade que pretendemos estudar. Outra característica que importa também salientar em relação ao método diz respeito à sua imprevisibilidade. Método é “o

caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado” (Hegenberg, 1976, p.115).

Trata-se de um processo de aprendizagem, onde durante o seu percurso vamos aplicando e adaptando os nossos instrumentos de análise e recolha de dados, através de uma metodologia devidamente construída de acordo com a realidade que pretendemos investigar. Representa o caminho que se pretendemos seguir de modo a atingirmos os objetivos que nos propomos. Por não se tratar de um caminho linear, por vezes, o investigador tem a necessidade de fazer pequenos ajustes à metodologia de acordo com fatores externos que vão surgindo ao longo da investigação e que estão fora do seu controlo.

A metodologia que definimos para a nossa investigação pode então ser compreendida como um mapa, onde as estradas representam os instrumentos que decidimos escolher para atingirmos o nosso objetivo. É a forma como conduzimos a nossa pesquisa, sendo composta por um conjunto de regras e instrumentos essenciais para nos aproximar da verdade - é a explicação minuciosa, detalhada e rigorosa de toda a ação desenvolvida no trabalho de pesquisa. Consiste num processo de escolha das estratégias que vamos aplicar à nossa investigação e que será condicionada através das técnicas e dos instrumentos de recolha e análise de dados que forem previamente definidos. Trata-se de um conjunto dos passos/trâmites necessários para obter conhecimentos válidos (científicos) por meio de instrumentos fiáveis.

Nesta investigação optamos por uma metodologia quantitativa e como instrumento de recolha aplicamos um questionário online através do *Google Forms*, partilhado e divulgado através das redes sociais. Algumas das vantagens que podemos encontrar no inquérito por questionário assentam essencialmente numa maior sistematização de resultados, maior facilidade de análise. Por outro lado, para além de ser pouco dispendioso tem a capacidade de atingir um elevado número de indivíduos. As desvantagens estão por vezes ligadas a fatores como: dificuldade de conceção; possibilidade de uma elevada taxa de não-respostas; dificuldade de compreensão e respostas pouco claras ou incompletas.

Para evitar alguns destes erros recorreremos a um pré-teste de forma a verificar se todos os inquiridos percebiam o teor das questões, se a escala das respostas fechadas era clara e se existia um elevado grau de aceitação às questões colocadas. Optamos também por não criar um questionário muito extenso para evitar um preenchimento incorreto e eventuais desistências. Todas as questões apresentadas tiveram como base o referencial teórico apresentado na revisão do estado da arte.

A construção do questionário assentou numa série de perguntas às quais aplicamos uma escala de concordância tipo Likert, onde 1 equivalia a *concordo totalmente* e 4 a *discordo totalmente*. A escala de Likert é uma técnica muito utilizada nos questionários onde a amostra indica o seu nível de concordância acerca de uma determinada questão através de uma escala ordinal (Emerson, 2017). A escolha pela escala de concordância consistiu não só em facilitar a análise de resultados como também para não confundir as crianças, tendo sempre em consideração as perguntas claras e diretas, de forma a facilitar as respostas.

A nossa investigação foi dividida em cinco fases: 1) definição do problema; 2) revisão da literatura; 3) construção do questionário; 4) recolha e análise de dados; 5) discussão de resultados e conclusões. A definição do problema foi a primeira fase de investigação. Consistiu na exploração do tema, através de vivências do dia-a-dia e de várias leituras sobre a problemática. Através da exploração foi possível reformular as questões de partida e criar conexões com outros temas envolventes, neste caso o sucesso escolar das crianças/jovens.

A segunda etapa da investigação consistiu na revisão da literatura. Após incluir o sucesso escolar na investigação, foi necessário realizar uma revisão mais específica sobre o sucesso escolar das crianças/jovens, na sociedade atual. Todo este processo de revisão de literatura foi fulcral para a criação das questões de partida que nos ajudaram na construção dos instrumentos de recolha e análise de dados.

Quanto à terceira fase, para a construção do questionário, foram postas na mesa uma série de hipóteses existentes na literatura explorada, onde através delas surgiram as questões para o questionário. Numa primeira fase foi feito um pré-teste, que serviu para avaliar as questões do questionário e para perceber se era necessário fazer alguma alteração. O pré-teste foi aplicado a quatro alunos do 3º Ciclo, sendo dois do sexo masculino e dois do sexo feminino, onde no final do questionário foi solicitado que avaliassem, numa escala de 0 a 5, as questões apresentadas. O feedback foi bastante positivo, não sendo necessário alterar qualquer questão. Após receber os quatro questionários procedemos à implementação do questionário final.

Foi também nesta fase que estipulamos o tempo disponível para o preenchimento dos questionários bem como o número mínimo de inquiridos. Assim, inicialmente o número estipulado de questionários era no mínimo 100, tendo conseguido um total de

114. O questionário estendeu-se a todas as crianças e jovens a frequentar o Ensino Básico (5º ano ao 9º ano), não tendo a idade como fator de exclusão.

A escolha deste modelo de investigação foi sem dúvida a melhor opção para os tempos atuais devido a estarmos a viver um tempo de isolamento social e ao facto de, na altura da sua aplicação, muitas escolas estarem encerradas o que dificultaria a sua aplicação presencial. A recolha e análise de dados foi feita através do *IBM Statistical Package for the Social Science* (SPSS). A quinta fase correspondeu à discussão e conclusões dos resultados obtidos.

3.2. Caracterização da amostra

Para a caracterização da amostra, foi proposto apenas um critério de seleção - crianças a frequentar o 5º ano, 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano, limitando a resposta de outras crianças a frequentar outros graus de ensino. Deste modo, decidimos aplicar uma amostra não-probabilística, onde a escolha dos elementos da amostra foi feita de forma não-aleatória, considerando as características particulares do grupo em estudo. A escolha deste critério deveu-se ao facto de considerar que é na adolescência que as crianças têm uma carga emotiva mais vigorosa, onde ocorrem as mudanças emocionais e onde conseguem ser mais frontais. Contudo, para não limitar a nossa amostra, somente a crianças dos 12 aos 13 anos, optamos por alargar a faixa etária, optando assim por recorrer a crianças do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico.

A amostra foi constituída por 114 indivíduos, 68 do sexo feminino (60%) e 46 do sexo masculino (40%). Relativamente às idades dos inquiridos, esta variou entre os 10 e os 19 anos, verificando-se uma maior predominância nos indivíduos com idades compreendidas entre os 11 anos (19%) e os 12 anos (23%), sendo que a média das idades foi de 12 anos. Em relação à escolaridade, não existiu uma grande discrepância em relação ao número de inquiridos, no entanto foi no 5º ano onde se obteve maior número de respostas com uma percentagem de 27 %, seguido pelo 8ºano e 9º ano, ambos com 20,2%. No que toca a alunos repetentes, podemos verificar que a maioria dos alunos não repetiu nenhum ano de escolaridade, correspondendo a 102 inquiridos (90%).

Comparativamente à tipologia familiar dos indivíduos, podemos verificar que a família tradicional é aquela que mais sobressai perante os resultados, sendo que mais de metade dos inquiridos vive com os pais juntos (58%). Contudo é importante salientar que a família monoparental tem vindo a crescer ao longo dos anos e isto é visível nos resultados obtidos. Conseguimos verificar que 32 dos inquiridos vivem só com a mãe e 7

vivem apenas com o pai, com uma percentagem de 28% e 6% respetivamente, o que dá um total de 34% de indivíduos e viverem em famílias monoparentais. Por fim, com cerca de 8% estão os inquiridos pertencentes a outras tipologias familiares existentes.

3.3. Formulação de hipóteses

Numa investigação, a formulação de hipóteses é indispensável para a construção de instrumentos de trabalho. É necessária uma preparação prévia para a sua construção tal como o questionário. Tendo a problemática e os objetivos bem definidos, foram criadas, através da revisão da literatura, uma série de hipóteses que deram origem ao questionário, tendo como objetivo validá-las ou refutá-las consoante os resultados obtidos. Neste sentido apresentamos as seguintes hipóteses:

Hipótese 1. Com o aparecimento de novas estruturas familiares, as famílias tornam-se mais frágeis e instáveis e com uma maior vulnerabilidade.

Dias (2000), refere que tem sido cada vez mais visível a adoção de estruturas familiares opostas à família tradicional que anteriormente era institucionalizada no modelo social. Esta mudança veio trazer tendências para um seio familiar mais instável, com modos de viver diferentes e com problemas mais graves. Segundo Wall (2003) as famílias monoparentais são mais vulneráveis tanto a nível económico como aos cuidados prestados às crianças e jovens.

Hipótese 2. Os jovens tendem em adotar uma série de sentimentos de medo e abandono por parte dos pais devido à falta de comunicação entre pais e filhos.

Conforme Ramires (2004), um dos factos que leva muitas crianças e jovens a se sentirem abandonados e com medo é porque na maioria dos casos não existiu qualquer comunicação entre os pais e filhos sobre este assunto, o que os leva a pensarem nos piores cenários existentes.

Hipótese 3. O (in) sucesso escolar dos jovens é determinado por uma série de fatores, tais como pessoais, familiares, pedagógicos e sociais, sendo o apoio parental um fator importante para o sucesso escolar.

Schaffer (1980) citado em Jiménez et al., (1999), esclarece que as interações existentes entre os pais e os seus filhos, assim como as expressões utilizadas no contexto

familiar, determinam grande parte o tipo de personalidade que as crianças/jovens vão adotar futuramente, quer nível pessoal quer a nível escolar.

Hipótese 4. Os jovens inseridos em famílias monoparentais detêm um maior insucesso escolar do que nas famílias tradicionais.

Segundo Wall (2003) as famílias monoparentais são mais vulneráveis tanto a nível económico como aos cuidados prestados às crianças e jovens. Assim, também Azevedo (2012), esclarece que tanto a nível económico como a nível social os alunos mais desfavorecidos são aqueles que detêm um maior insucesso escolar. Para Weiner (1986, 1988, in Almeida et al., 2008), a explicação para o sucesso ou fracasso escolar segundo as opiniões de vários alunos, organiza-se em seis fatores, sendo eles: a capacidade (grau das suas habilitações); o esforço (a energia do indivíduo para levar até ao fim a sua tarefa); as estratégias (os métodos que os indivíduos utilizam para chegarem aos seus objetivos); a tarefa (dificuldades sentidas nas tarefas escolares); os professores (o papel, as funções exercidas, a personalidade) e por fim a sorte (peso do azar ou sorte no desempenho escolar).

3.4. Obstáculos e dificuldades

Nestes últimos dois anos, temos vindo a passar uma enorme crise pandémica, devido à COVID-19, e como tal levou a uma série de obstáculos e dificuldades nas investigações da maioria dos alunos e a minha não foi exceção. Contudo, numa investigação em contexto não pandémico, também surgem inúmeros obstáculos ao longo do percurso, o que promove novas aprendizagens e desperta o poder de resiliência do investigador.

Inicialmente a ideia de investigação consistia em ir a duas escolas no concelho de Portimão e aplicar dois questionários a turmas do 3º Ciclo, sendo o primeiro sobre a perceção das crianças face à sua tipologia familiar e o segundo sobre as suas atitudes face à escola. Havendo um enorme conjunto de restrições e medidas de proteção à pandemia, mesmo após a abertura das escolas não quisemos correr riscos, optando por aplicar os nossos questionários via *on-line*, até porque notamos alguma reticência das escolas que contactamos para a aplicação dos questionários, tanto a nível de incerteza como de proteção ao ambiente escolar.

O tema inicial também sofreu alterações. Apesar da ideia principal sobre a monoparentalidade se ter mantido, decidimos restringir as atitudes escolares dos alunos face à escola em apenas uma variável - o sucesso escolar.

Com a alteração do plano de trabalho a investigação tornou-se mais fácil, não havendo dificuldades nesse aspeto. Contudo, no decorrer do trabalho, a minha maior dificuldade foi sem dúvida a escrita académica e a seleção de conteúdos relevantes dos livros e artigos. Confesso que a minha capacidade de síntese não é das melhores e por isso a seleção de artigos e de capítulos de livros tornou-se um desafio bastante grande, assim como a articulação das frases e a escrita de um discurso académico formal.

Ainda em relação aos obstáculos sentidos durante o meu trabalho, destaco o fator tempo. Sendo trabalhadora e estudante, a articulação do tempo entre trabalho, escola, descanso, tornou-se bastante difícil e desmotivante, levando ao desgaste físico e emocional. Outro obstáculo durante a minha investigação foi a perda das respostas aos questionários. Quando já tinha cerca de 74 questionários, perdi todas as respostas, o que levou a uma desmotivação ainda maior. Contudo consegui recuperar algumas das respostas anteriormente feitas e voltei a partilhar e apelar à resposta dos questionários. Felizmente obtive um feedback bastante positivo o que levou a que conseguisse mais respostas do que aquelas que estavam inicialmente estipuladas.

CAPÍTULO IV– ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1. Análise estatística descritiva

A análise estatística descritiva do questionário parece indicar que a maioria dos inquiridos (96%) sentem o apoio dos seus pais (n=109), existindo apenas uma mínima parte (4%) de inquiridos que não sentem apoio por parte das suas famílias. Relativamente ao tempo que os pais passam com os seus filhos, a grande maioria dos inquiridos (87) concordam que os pais despendem tempo para passar em família (n=99). Ainda relativamente ao tempo despendido em família, nota-se que 85% dos inquiridos consideram que vão frequentemente passear com os seus pais (n=97).

Já no que toca às necessidades económicas sentidas pelas famílias, 65% dos jovens consideram que os seus pais não sofrem quaisquer dificuldades nesse âmbito (n=74), contudo dos 114 inquiridos, 35% sentem que as suas famílias passam por algumas dificuldades (n=40).

Relativamente aos problemas sentidos em contexto familiar, os dados parecem indicar que a grande parte dos jovens (86%) concordam que os pais comunicam com eles se existir algum dilema familiar (n=98). Esta comunicação entre pais e filhos, reflete-se também na concordância generalizada no que diz respeito ao apoio familiar, onde 90% dos inquiridos concordam que se sentem apoiados pelas famílias (n=102) nas suas decisões pessoais e ainda que se sentem totalmente confortáveis para falar com os seus pais (81%) se existir alguma questão pessoal que os incomode (n=92). Em relação à resolução de problemas em família, a maioria dos jovens (91%) também sente que os seus pais os incluem nesse contexto (n=104), existindo assim a possibilidade de encontrar soluções em conjunto.

No que diz respeito às questões escolares, 95% dos inquiridos referem que os pais se preocupam com as suas notas (n=108), assim como a grande parte (79%) concorda que os pais os ajudam na realização dos trabalhos de casa (n=90), existindo apenas uma minoria de inquiridos (21%) que não têm esse apoio por parte dos seus pais (n=24). Comparativamente aos dados apresentados, as famílias dos jovens inquiridos parecem apoiar o percurso escolar (95%), existindo um incentivo por parte dos pais para manter e melhorar o sucesso escolar dos seus filhos (n=108). Assim, na questão “Concordas que tens um bom desempenho escolar?”, cerca de 88% considera o seu desempenho bastante positivo, (n =100). Visto existir um bom desempenho escolar, também os jovens (93%)

atentam que têm uma boa capacidade de aprendizagem (n=106), e que se esforçam para alcançar os seus objetivos escolares (90%).

Relativamente às dificuldades sentidas pelos jovens, os dados parecem indicar que a maioria dos inquiridos (79%) discorda ter quaisquer dificuldades no seu percurso escolar (n=69). Por fim, no que diz respeito ao sucesso escolar estar ligado a fatores de sorte e azar, a grande maioria dos jovens (80%) discordam com esta questão (n=91).

Partindo agora para uma análise comparativa entre as famílias tradicionais e as famílias monoparentais, podemos observar na tabela 4.1 que a totalidade das crianças pertencentes a famílias tradicionais se sentem completamente apoiadas pelas suas famílias. As crianças que vivem em famílias monoparentais masculinas são as que, ligeiramente, se sentem menos apoiadas.

Tabela 4.1. Sentes-te apoiado pela tua família.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	100%	66
Vive só com o Pai	86%	6
Vive só com a Mãe	91%	29

Relativamente ao tempo passado em família, é nas famílias tradicionais que predomina a maior percentagem de tempo despendido comparativamente às famílias monoparentais.

Tabela 4.2. Os teus pais passam muito tempo contigo.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	95%	63
Vive só com o Pai	72%	5
Vive só com a Mãe	72%	23

Na mesma linha dos dados apresentados anteriormente, é também na família tradicional que as crianças referem que os seus pais tiram algum tempo para passear em família nos tempos livres, embora com uma percentagem muito aproximada à das famílias monoparentais, onde as famílias monoparentais masculinas parecem ser aquelas que despendem menos tempo.

Tabela 4.3. Os teus pais levam-te a passear nos teus tempos livres.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	89%	59
Vive só com o Pai	72%	4
Vive só com a Mãe	81%	26

Em relação às necessidades económicas sentidas pelas crianças, embora os dados pareçam indicar que a generalidade dos inquiridos não parece viver com necessidades económicas, e é nas famílias monoparentais que este fenómeno parece ter mais relevância, podendo indicar que nas famílias monoparentais as crianças tendem a evidenciar uma maior carência económica.

Tabela 4.4. Sentes que os teus pais têm necessidades económicas

	Discordo/ Discordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	71%	47
Vive só com o Pai	57%	4
Vive só com a Mãe	53%	17

Analisando agora para a comunicação entre pais e filhos, os dados apresentados indicam que mais uma vez, é na família tradicional onde existe uma maior comunicação familiar. Já nas famílias monoparentais, embora as percentagens sejam menores, a comunicação com os pais é bastante positiva.

Tabela 4.5. Os teus pais falam contigo se existir algum problema familiar.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	91%	60
Vive só com o Pai	72%	5
Vive só com a Mãe	78%	25

Relativamente à aceitação das decisões pessoais das crianças, os dados parecem indicar que é nas famílias tradicionais que existe uma maior aceitação, embora que ligeira em relação às famílias monoparentais.

Tabela 4.6. Os teus pais aceitam e apoiam as tuas decisões pessoais.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	94%	62
Vive só com o Pai	86%	6
Vive só com a Mãe	84%	27

Para além de se sentirem apoiados, a comunicação entre pais e filhos passa também pela confiança em falar com os seus progenitores. Neste sentido, os dados parecem indicar que é nas famílias tradicionais que as crianças parecem sentir-se mais confortáveis para falar com os seus pais comparativamente às famílias monoparentais.

Tabela 4.7. Quando tens algum problema pessoal sentes-te confortável para falares com os teus pais.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	92%	61
Vive só com o Pai	57%	4
Vive só com a Mãe	66%	21

Em relação à resolução de problemas em família, quer nas famílias tradicionais, quer nas famílias monoparentais, as crianças não parecem ter problemas em falar com os seus pais acerca dos seus problemas pessoais.

Tabela 4.8. Se existir algum problema, tu e a tua família tentam resolvê-lo em conjunto.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	95%	63
Vive só com o Pai	88%	6
Vive só com a Mãe	84%	27

No que toca à preocupação dos pais em relação ao desempenho escolar, podemos verificar que na generalidade os pais preocupam-se com este assunto, sendo que nas famílias monoparentais masculinas a preocupação tende a ser ligeiramente menor.

Tabela 4.9. Os teus pais preocupam-se com as tuas notas escolares.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	98%	65
Vive só com o Pai	86%	6
Vive só com a Mãe	91%	29

É novamente na família tradicional onde as crianças se sentem mais ajudadas na realização dos trabalhos de casa, seguindo-se pela família monoparental feminina. É importante referir que apesar de existir uma grande preocupação com as notas escolares dos filhos, a ajuda na realização dos trabalhos de casa não é tão alta nas famílias monoparentais masculinas.

Tabela 4.10. Os teus pais ajudam-te a fazer os trabalhos de casa.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	85%	56
Vive só com o Pai	57%	4
Vive só com a Mãe	75%	24

Quanto o incentivo ao estudo, os dados apresentados são bastante parecidos ao da preocupação com as notas escolares dos filhos. Parecendo indicar que os pais que se preocupam com as notas escolares também incentivam os seus filhos a estudar mais, sendo este fenómeno mais visível nas famílias tradicionais e monoparentais femininas.

Tabela 4.11. Os teus pais incentivam-te a estudar.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	99%	65
Vive só com o Pai	86%	6
Vive só com a Mãe	94%	29

Em relação ao desempenho escolar, a maioria dos inquiridos considera que têm um bom desempenho escolar. Observando-se uma maior percentagem nas famílias tradicionais.

Tabela 4.12. Concordas que tens um bom desempenho escolar.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	94%	62
Vive só com o Pai	86%	6
Vive só com a Mãe	84%	27

Tal como no desempenho escolar, os inquiridos também consideram que têm uma boa capacidade de aprendizagem, independentemente da sua tipologia familiar. Sendo que nas famílias monoparentais masculinas essa percentagem é de 100%.

Tabela 4.13. Concordas que tens uma boa capacidade de aprendizagem.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	96%	63
Vive só com o Pai	100%	7
Vive só com a Mãe	94%	30

No que diz respeito ao esforço das crianças em alcançar os seus objetivos escolares, é novamente nas famílias tradicionais onde essa percentagem é maior, sendo uma vez mais nas famílias monoparentais masculinas que se observa uma percentagem menor.

Tabela 4.14. Achas que te esforças para alcançar os teus objetivos.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	96%	63
Vive só com o Pai	72%	5
Vive só com a Mãe	87%	28

Relativamente às dificuldades sentidas na escola, apenas uma pequena percentagem afirma sentir essas dificuldades. No entanto, contrariamente a outras variáveis, é nas famílias tradicionais onde os inquiridos revelam sentir mais dificuldades.

Tabela 4.15. Sentes que tens dificuldades na tua vida escolar.

	Concordo / Concordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	27%	17
Vive só com o Pai	14%	1
Vive só com a Mãe	13%	4

Por fim, ao questionar os alunos se o sucesso escolar está ou não ligado a fatores de sorte ou azar. Embora a maioria discorde, é nas famílias tradicionais onde essa discordância é menor.

Tabela 4.16. Consideras que o sucesso escolar pode estar ligado a fatores de sorte e azar.

	Discordo / Discordo totalmente	N
Vive com Pai e Mãe	74%	49
Vive só com o Pai	86%	6
Vive só com a Mãe	87%	28

4.2. Verificação das hipóteses

Hipótese 1. *Com o aparecimento de novas estruturas familiares, as famílias tornam-se mais frágeis e instáveis e com uma maior vulnerabilidade.*

Os dados parecem indicar que apesar do aparecimento de novas estruturas familiares, as famílias mantêm-se unidas, estáveis e continuam a dar prioridade e atenção aos filhos, não existindo vulnerabilidades associadas, tanto nas famílias tradicionais como nas monoparentais.

Hipótese 2. *Os jovens tendem em adotar uma série de sentimentos de medo e abandono por parte dos pais devido à falta de comunicação entre pais e filhos.*

Embora seja nas famílias monoparentais onde as crianças se sentem menos confortáveis para falar com os pais sobre os seus assuntos pessoais, os dados não vão ao encontro desta hipótese e indicam que a grande maioria das crianças sentem que existe comunicação entre os pais e os filhos, tanto para a resolução de problemas em conjunto como para o apoio nas suas decisões pessoais, sejam eles pertencentes a famílias tradicionais ou monoparentais.

Hipótese 3. *O (in) sucesso escolar dos jovens é determinado por uma série de fatores, tais como pessoais, familiares, pedagógicos e sociais, sendo o apoio parental um fator importante para o sucesso escolar.*

Os dados apresentados validam esta hipótese, pois revelam que o sucesso escolar depende muito do esforço exercido pelos alunos e pela sua capacidade de superar as dificuldades durante o percurso escolar e não apenas por fatores de sorte ou azar. O apoio parental é um fator bastante importante, existindo um grande incentivo e apoio para que os filhos tenham os melhores resultados possíveis.

Hipótese 4. *Os jovens inseridos em famílias monoparentais detêm um maior insucesso escolar do que nas famílias tradicionais.*

Os dados da nossa amostra não validam esta hipótese, quer sejam famílias tradicionais ou monoparentais, as percentagens demonstram que a grande maioria das crianças não têm quaisquer dificuldades escolares e sentem-se bastante apoiadas pelas suas famílias, o que não nos permite aferir que a tipologia familiar esteja diretamente ligada ao (in)sucesso escolar.

CONCLUSÕES

O presente estudo permitiu compreender se a estrutura familiar influencia negativamente ou positivamente o sucesso escolar as crianças. Assim foi-nos possível, através do questionário, perceber a relação das crianças nas diferentes tipologias familiares e a influência que têm no sucesso escolar das mesmas. Portanto, tendo como objetivo a percepção das crianças face à sua família, o estudo demonstra que estas têm uma opinião positiva em relação ao ambiente familiar a que pertencem, não apontando percepções negativas relevantes. Quanto à análise do sucesso escolar das crianças, a grande maioria, sejam elas pertencentes a famílias tradicionais ou monoparentais concordam que têm um bom desempenho escolar, não existindo dificuldades ou incapacidades escolares.

Embora de um modo geral não se possa aferir que as tipologias familiares estejam relacionadas com o (in)sucesso escolar, será justo afirmar que é nas famílias tradicionais onde se verifica um maior apoio por parte dos pais. Contudo, apesar da percentagem ser menor, a grande maioria das crianças inseridas em famílias monoparentais sentem um total apoio por parte do pai e da mãe.

O tempo em família é essencial para o bem-estar físico e psicológico da criança, proporcionando momentos de pura felicidade e harmonia no contexto familiar em que esta está inserida. Assim como o tempo disponibilizado em família, também a comunicação, confiança, confidencialidade e apoio são essenciais entre pais e filhos, e isso é observável através dos resultados obtidos. Continua a ser nas famílias tradicionais onde as crianças se sentem mais confiantes com os seus pais, existindo uma maior comunicação entre os familiares para a resolução de problemas, assim como uma maior aceitação das decisões das crianças e apoio por parte das suas famílias. No entanto, importa referir que os resultados obtidos em relação às famílias monoparentais são muito relevantes, existindo uma diferença mínima entre as famílias monoparentais. Isto demonstra que apesar das crianças viverem só com a mãe ou só com o pai, a atenção, dedicação e apoio é sentido por parte dos filhos e isto proporciona um sentimento de conforto e segurança em contexto familiar.

Em relação às questões económicas, é nas famílias tradicionais onde a grande maioria discorda ter quaisquer dificuldades, sendo nas famílias monoparentais onde as dificuldades económicas são mais sentidas.

A análise das crianças sobre o seu próprio sucesso escolar, conforme os dados indicam, não existe uma grande diferença entre as crianças de famílias tradicionais com

as de famílias monoparentais. A grande maioria dos inquiridos consideram que as famílias incentivam ao estudo, assim como apoiam e ajudam na realização dos trabalhos de casa por exemplo. Isto é bastante importante, existir tempo em família para a ajuda escolar. A escola e a família são pontos importantíssimos na vida pessoal e social da criança, assim a família tem que tentar integrar-se o mais possível na vida escolar dos filhos, para que estes se tornem confiantes de si mesmos. Posto isto, conforme os dados, com a existência de preocupação em relação aos resultados escolares dos filhos, as crianças inseridas em famílias tradicionais demonstram não ter quaisquer dificuldades escolares, concordando que têm um bom desempenho e uma boa capacidade de aprendizagem. Nas famílias monoparentais os resultados são idênticos, pois consideram não ter nenhuns problemas a nível escolar, demonstrando que o sucesso escolar se faz através do esforço e dedicação e não por fatores de sorte ou azar.

Desta forma podemos concluir que independentemente da tipologia familiar, sejam de famílias tradicionais ou monoparentais o sucesso escolar está inteiramente ligado ao esforço, dedicação e apoio familiar, e não pelo tipo de família que a criança está inserida. Apesar de viverem só com o pai, só com a mãe ou com ambos, a grande maioria sente-se apoiada, segura e amada pela sua família. Assim, indo ao encontro da problemática inicial, a monoparentalidade não tem uma influência significativa no sucesso escolar das crianças.

Embora já comece a existir alguma pesquisa referente à temática familiar, ainda há muitos fatores que merecem ser explorados e aprofundados que podem servir para futuras investigações. Conforme os problemas familiares existentes, torna-se relevante mencionar o papel do educador social enquanto mediador familiar. Sendo o educador social um mediador, ele tem como objetivo criar estratégias que ajudem os casais a aceitarem acordos que proporcionem o bem-estar físico e emocional de uma família. Daí ser tão importante a existência de educadores sociais em contextos escolares. Sendo que o número de famílias monoparentais tende a aumentar, os impactos que criam nas crianças devem ser investigados, não só o sucesso escolar, mas outros fatores relacionados com as relações familiares, como por exemplo, as questões da comunicação entre as famílias e as crianças, ou o tempo proporcionado à família e filhos, proporcionando um conhecimento mais abrangente e profundo sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA

- Abascal, A. (2004). *Estudio de las orientacionaes epistemológicas en el campo educativo*. in RAMOS, E.VR. (Ed.) (2004). *Investigación y práctica en la educación de personas adultas*. (Nau Llibre).
- Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios Familiares* (Edição Qua).
- Almeida, L, Miranda, L., & Guisande. (2008). Atribuições causais para o sucesso e fracasso escolares. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(2), 169–176.
<https://doi.org/10.1590/s0103-166x2008000200001>
- Amorim, A., & S, Magalhães. (2013). Concepção de Infância na Visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a Infância. *Examãpaku*, 1(1), 1–8.
<https://doi.org/10.18227/1983-9065ex.v1i1.1456>
- Arco, C. (2005). Habilidades sociales, clim social familiar y rendimento académico en estudiantes universitarios. *Liberabit*, 11, 63-74.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/liberabit/v11n11/v11n11a08.pdf>
- Alves, P. (2015). *O seniores e as Sociedades em Rede. Um estudo sobre a Exclusão Social na Terceira Idade*. [Doctoral dissertation, Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais]. Repositório.
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/36621>
- Azevedo, J. (2012). *Como se tece o (in) sucesso escolar : o papel crucial dos professores*. 1–12. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/22381>
- Baptista, T. (2014). *Apoio Social Percebido: Necessidades e Satisfação numa amostra de famílias com menores em risco psicossocial* [Master's thesis, Universidade do Algarve]. *Sapientia - Repositório da Universidade do Algarve*.
[ttps://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/7920h](https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/7920h)

- Becker, D. (2017). *O que é a adolescência*. (1ª edição Ebook). (Editora Hedra Ltda).
https://play.google.com/books/reader?id=YmgvDwAAQBAJ&pg=GBS.PT25.w.3.0.27_326&hl=pt_PT
- Benavente, A. (1990). Insucesso escolar no contexto português - abordagens, concepções e políticas. *Análise social XXV(I)*, 715–733.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034893G8cGD1nd2Zt45QL6.pdf>
- Bittencurt, R. (2008). Mediação: Uma alternativa para a resolução de conflitos no direito de família. *Revista Jurídica da Unifil*, V(5), 140-150.
https://web.unifil.br/docs/juridica/05/ARTIGO_11.pdf
- Bolívar, A.(2005). Equidad Educativa y Teorías de la Justicia. *Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y cambio en educación*, 3(2), 42-69.
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55103205>.
- Caliman, G. (2010). Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. *Revista de Ciências Da Educação*, 341–368. <https://doi.org/10.19091/reced.v0i23.73>
- Carvalho, A. & Baptista, I. (2004). *Educação Social - Fundamentos e estratégias* (Porto Edit).
- Casteleiro, S. (2008). *Pedagogia Social : conceitos essenciais e definitórios Pedagogia Social*. [Master's thesis, Universidade da Beira Interior]. ReserachGate.
https://www.researchgate.net/publication/338659009_Pedagogia_Social_conceitos_essenciais_e_definitorios_Pedagogia_Social_Autor_Steven_Casteleiro_11_de_Fevereiro_de_2008/link/5e21ee7aa6fdcc1015716a67/download
- Cia, F., Pamplin, R.& Del Prette. (2006). Comunicação e participação pais-filhos: correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 16(35), 395–406. <https://doi.org/10.1590/s0103-863x2006000300010>
- Clara, P., Cat, U., & Aid, D. (2005). Las nuevas tipologías familiares y los malestares

- interrelacionais que se suscitam en ellas. *Revista Virtual Universidad Católica Del Norte*, 1(14). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=194220381002>
- Conselho de Ministros. (2016). Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016. *Diário Da República*, 2001, 1195–1196. https://dre.pt/home/-/dre/74094661/details/maximized?p_auth=J4UPdZ4U
- Correia, M. (2002). Relatos de Caso. *Acta Cirurgica Brasileira*, 18(4), 21–25. <https://doi.org/10.1590/s0102-86502003001000008>
- Cruz, O. (2014). Que Parentalidade? *Centro de Estudos Judiciários*, 101-135. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118460/2/308787.pdf>
- Silva, I, Prates, T. & Ribeiro. (2017). As Novas Tecnologias e aprendizagem: desafios enfrentados pelo professor na sala de aula. *Em Debate*, 16(15), 107-124. <https://doi.org/10.5007/1980-3532.2016n15p107>
- Damazio, R. (1988). *O que é criança* (Edição Ebook). (Editora Hedra Ltda). https://play.google.com/books/reader?id=QGkvDwAAQBAJ&pg=GBS.PP1&hl=pt_PT
- Dessen, M., & Polonia, A. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17(36), 21–32. <https://doi.org/10.1590/s0103-863x2007000100003>
- DGEEC - Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (n.d.). <https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>
- Dias, M. (2000). A família numa sociedade em mudança. Problemas e influências recíprocas. *Gestão e Desenvolvimento*, 9(9), 81–102. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2000.8>
- Dias, M. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica – o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19(19), 139–156.

<https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2011.140>

Díaz, A. (2006). Uma Aproximação à Pedagogia- -Educação Social. *Uma Aproximação à Pedagogia- -Educação Social*, 7(7), 91–104.

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/801>

Direção-geral da Educação. (n.d.). Retrieved February 11, 2021, from

<https://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania>

Emerson, W. (2017). Likert Scales. *Journal of Visual Impairment & Blindness*, 111(5), 488–488. <https://doi.org/10.1177/0145482x1711100511>

Council of Europe (2006). *Recommendation Committee of Ministers to member states on policy to support positive parenting*.

https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805d6dda

Gouveia, B. (2004). Características Essenciais do Ensino a Distância, 1-10.

http://www2.ufp.pt/~lmbg/com/eLes04_paulorurato.pdf

Guerra, P. (2018). O regime jurídico do divórcio e das responsabilidades parentais em Portugal. In A. Anciães, R. Agulhas & R. Carvalho (Eds.), *Divórcio e Parentalidade: diferentes olhares do Direito à Psicologia* (1st ed., pp. 9-265). Edições Sílabo).

Hegenberg, L. (1976). *Etapas da Investigação Científica*. São Paulo: E.P.U./EDUSP.

Hoghugh, M., & Long, N. (2004). *The Handbook of Parenting: Theory and Research for Practice* (1st edition). SAGE Publications Ltd.

Jiménez, M., Ferro, M., Gómez Gómez, R., & López, P. (1999). Evaluación del clima familiar en una muestra de adolescentes. *Revista de psicología general y aplicada: Revista de la Federación Española de Asociaciones de Psicología*, 52(4), pp. 453–462. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2498376>

- Kohn, K; Moraes, C. (2007). *O Impacto Das Novas Tecnologias Na Sociedade: Conceitos e Características Da Sociedade Da Informação e Da Sociedade Digital*. Intercom – Sociedade brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1–13. <https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1533-1.pdf>
- Lauwe, P., & Lauwe, M. (1950). A evolução contemporânea da família: estruturas, funções, necessidades. *Revue Française de Sociologie*, *I*(4), 403–425. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224165225Z5aRR5fx5Sc98EV6.pdf>
- Loureiro, M. (2017). Relação Família-Escola: Educação Dividida Ou Partilhada? *International Journal of Developmental and Educational Psychology. Revista INFAD de Psicologia.*, *3*(1), 103. <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2017.n1.v3.979>
- Martini, M & Del Prette. (2005). Atribuições de causalidade e afetividade de alunos de alto e baixo desempenho acadêmico em situações de sucesso e de fracasso escolar. *Interamerican Journal of Psychology*, *39*(3), 355–368. <https://www.researchgate.net/publication/227353142>
- Mel, L., Danelussi, Filho., A., Loose, J., & Anjos, Q. (2015). Os Desafios dos Educadores do Século XXI: Ensinar Com Alegria e Criatividade. *Rev. Saberes*, *3*, 126–137. <https://facsapaulo.edu.br/wpcontent/uploads/sites/16/2018/05/ed3/11.pdf>
- Moro, R. (2005). Os ingredientes da parentalidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, *8*(2), 258–273. <https://doi.org/10.1590/1415-47142005002005>
- Noguero, F. (2002). El educador social como educador no formal : un gestor de grupos. 1–14. <https://www.researchgate.net/publication/28073769>
- Oliveira, A., Gandini, L & Delgado, O. (2008). *Novas Tecnologias Na Educação: Desafios E Perspectivas No Processo De Ensino-Aprendizagem*. 39–51. <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/revista-espaco-academico-v05-n10-artigo-3.pdf>

- Oliveira, M & Fiorenza, Y. (2011). A Evolução das relações familiares e a desbiologização da paternidade. *Inioeste*, 13(18), 173-204. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7980/6703>
- Oliveira, M. (2007). Educação à Distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 60(5), 585–589. <https://doi.org/10.1590/s0034-71672007000500019>
- Oliveira, N. (2009). *Recomeçar: família, filhos e desafios*. . Cultura Acadêmica. <https://doi.org/10.7476/9788579830365>
- Palácios, J. (2004). O que é a adolescência. In C. Colli, J. Palácios & A. Marchesi (Eds), *Desenvolvimento psicológico e educação - Psicologia evolutiva* (pp. 263-272). ArtmedEdi.https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/29561/mod_resource/content/1/O_que_e_adolescencia.pdf
- Pardal, L., & Lopes, E. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Areal Editores S.A.
- Pereira, S., Vestena, C., & Costa-Lobo, C. (2017). Parentalidade Positiva e Bem-Estar Subjetivo: Intervenção com Pais de Estudantes Sobredotados. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación Extr*(5), 355- 359. <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2954>
- Perquilhas, M. (2018).O exercício das responsabilidades parentais. A residência partilhada (alternada). In A. Anciães, R, Agulhas & R, Carvalho (Eds.), *Divórcio e Parentalidade: diferentes olhares do Direito à Psicologia* (1st ed., pp. 9-265). Edições Sílabo).
- Perrenoud, P. (2003). Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo! *Cadernos de Pesquisa*, 119, 09–27. <https://doi.org/10.1590/s0100-15742003000200001>

- Pordata. (2012). Indicadores de Envelhecimento em Portugal.
<http://www.pordata.pt/Europa/Indice+sintetico+de+fecundidade-1251>
- Pordata. (2021). *Base de Dados Portugal Contemporâneo*.
<https://www.pordata.pt/Portugal/Número+de+divórcios+por+100+casamentos-531>
- Pordata. (2021). *Base de Dados Portugal Contemporâneo*.
<https://www.pordata.pt/Portugal/Agregados+domésticos+privados+total+e+por+tipo+de+composição-19-1187>
- Prado, D. (2017). *O que é família*. (1ª edição Ebook). Hedra Ltda.
https://play.google.com/books/reader?id=bmkvDwAAQBAJ&pg=GBS.PP1.w.0.0.0.3&hl=pt_PT
- Quintana Cabanas, J. (1994). Trabajo social y pedagogía social: relación entre sus campos y competencias profesionales. *Pedagogía social: revista interuniversitaria* (9), pp. 173–183).
http://www.ecominga.uqam.ca/PDF/BIBLIOGRAPHIE/GUIDE_LECTURE_5/3/1.Quitana_Cabanas.pdf
- Ramires, R. (2004). Family Transitions : the Perspective of Children and Preadolescents. *Psicologia Em Estudo*, 9(2), 183–193.
<https://www.researchgate.net/publication/262776665>
- Rodrigues, R. (2016). Novas tecnologias da informação e da comunicação. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*, 1-85.
https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/arte_tecnologias_informacao_comunicacao.pdf
- Rurato, P., & Gouveia, L. (2004). Contribuição para o conceito de ensino a distância. *Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia*, (1), 85-91.
<https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/563>

- Santos, M. (1969). Família e “socialização”: um aspecto da evolução social contemporânea. *Análise Social*, 7, 67–84.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253589K0xTB3uv8Hy76SY8.pdf>
- Sataloff, R., Johns, M., & Kost, K. (2014). Seminário Internacional de Educação Superior 2014 - Os desafios da Educação Frente às novas Tecnologias. 1–9.
http://unisos.uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/6_es_avaliacao/03.pdf
- Serapicos, A. (2006). Alguns desafios que se colocam à Educação Social. *Cadernos de estudo* (3), 7-15. <http://repositorio.esepf.pt/handle/20.500.11796/880>
- Silva, C. & Carneiro, M. (2014). Adaptação à parentalidade: o nascimento do primeiro filho. *Revista de Enfermagem Referência*, IV(3), 17–26.
<https://www.redalyc.org/pdf/3882/388239973002.pdf>
- Silva, R., & Guedes, M. (2015). A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. *Psic. Rev*, 24(2), 181–197.
<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/27795/19624>
- Slevin, J. (2000). *The Internet and Society*. Polity Press.
- Turato, R. (2003). *Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa: Construção Teórico - Epistemológica, Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas da Saúde e Humanas*. Petrópolis. Vozes.
- UNICEF (2018). Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos. 1–80. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-ao_dos_direitos_da_crianca.pdf
- Utrera, J. (2017). El educador social y la violencia juvenil. *Journal of Chemical Information and Modeling*, 53(9), 21–25. <http://www.elsevier.com/locate/scp>

- Vieira, M. (2018). Desafios de pais e educadores no século XXI: Como educar. *Revista Científica Da FASETE*, 2, 38–49.
https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2018/20/desafios_de_pais_e_educadores_no_seculo_xxi.pdf
- Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. (2011). Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. *Pesquisas e Reflexões*, (1), 19-35. <https://statics-americanas.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/111165393.pdf>
- Wall, K. (2003). Famílias monoparentais. *Instituto Universitário de Lisboa*. 51-66.
<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/292>
- Weiner, B. (1979). A theory of motivation for some classroom experiences. *Journal of Educational Psychology*, 71(1), 3–25. <https://doi.org/10.1037/0022-0663.71.1.3>

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Monoparentalidade: estudo sobre o impacto no sucesso escolar

O presente questionário tem como objetivo a recolha de dados para a elaboração da dissertação de Mestrado em Educação Social, realizada na Universidade do Algarve, tendo como tema Monoparentalidade – Estudo sobre o sucesso escolar. Os resultados obtidos serão apenas utilizados para fins académicos.

Este inquérito é ANÓNIMO e tem uma duração de 7 MINUTOS.

Para que o seu filho(a) possa responder ao presente questionário peço que selecione a opção "SIM" ou "NÃO". Caso não autorize deve terminar e sair do questionário.

Obrigada pela sua colaboração.

Autorizo o meu filho/filha a responder ao questionário?

- Sim
- Não

1. Sexo:

- Masculino
- Feminino

2. Idade: _____

3. Ano de escolaridade:

- 5º ano
- 6º ano
- 7º ano
- 8º ano
- 9º ano

4. Já repetiste algum ano?

- Sim
- Não

5. Com quem vives?

- Pai e Mãe
- Só com o Pai
- Só com a Mãe
- Outros

6. Sentes-te apoiado pela tua família?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

7. Os teus pais passam muito tempo contigo?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

8. Os teus pais levam-te a passear nos teus tempos livres?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

9. Sentes que os teus pais têm necessidades económicas?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

10. Os teus pais falam contigo se existir algum problema familiar?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

11. Os teus pais aceitam e apoiam as tuas decisões pessoais?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

12. Quando tens algum problema pessoal sentes-te confortável para falares com os teus pais?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

13. Se existir algum problema, tu e a tua família tentam resolvê-lo em conjunto?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

14. Os teus pais preocupam-se com as tuas notas escolares?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

15. Os teus pais ajudam-te a fazer os trabalhos de casa?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

16. Os teus pais incentivam-te a estudar?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

17. Concordas que tens um bom desempenho escolar?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

18. Concordas que tens uma boa capacidade de aprendizagem?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

19. Achas que te esforças para alcançar os teus objetivos escolares?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

20. Sentes que tens dificuldades na tua vida escolar?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente

21. Consideras que o sucesso escolar pode estar ligado a fatores de sorte e azar?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Discordo
- Discordo totalmente